



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - MESTRADO

PATRICIA VICENTE DUTRA

**MANIFESTAÇÕES SOCIORRELIGIOSAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS E SUAS
REPERCUSSÕES IMEDIATAS NAS PRÁTICAS LABORAIS DO TEMPO
PRESENTE AO OESTE DO PARANÁ**

TOLEDO-PR

2017



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - MESTRADO

PATRICIA VICENTE DUTRA

**MANIFESTAÇÕES SOCIORRELIGIOSAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS E SUAS
REPERCUSSÕES IMEDIATAS NAS PRÁTICAS LABORAIS DO TEMPO
PRESENTE AO OESTE DO PARANÁ**

TOLEDO-PR

2017

PATRICIA VICENTE DUTRA

**MANIFESTAÇÕES SOCIORRELIGIOSAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS E SUAS
REPERCUSSÕES IMEDIATAS NAS PRÁTICAS LABORAIS DO TEMPO
PRESENTE AO OESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos.

Orientador (a): Prof.(a). Dr.(a). Alfredo Aparecido Batista

TOLEDO-PR

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Sistema de Bibliotecas – UNIOESTE)

Dutra, Patricia Vicente.

D978m Manifestações sociorreligiosas dos assistentes sociais e suas repercussões imediatas nas práticas laborais do tempo presente ao oeste do Paraná / Patricia Vicente Dutra. --- **Toledo (PR)**, 2017.

78 f.

Orientador(a): Prof(a). Dr.(a). Alfredo Aparecido Batista
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Campus de **Toledo**, 2017.

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
Inclui bibliografia

1. Serviço social. 2. Trabalho. 3. Alienação - Religião. I. Batista, Alfredo Aparecido. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

Rosângela A. A. Silva – CRB 9ª/1810

PATRICIA VICENTE DUTRA

**MANIFESTAÇÕES SOCIORRELIGIOSAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS E SUAS
REPERCUSSÕES IMEDIATAS NAS PRÁTICAS LABORAIS DO TEMPO
PRESENTE AO OESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado.

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). Alfredo Aparecido Batista
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof(a). Dr(a). Esther Luíza de Souza Lemos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof(a). Dr(a). Fábio Lanza
Universidade Estadual de Londrina

Toledo, 23 de agosto de 2017.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CAMPUS DE TOLEDO - CNPJ 78.680.337/0005-08

Rua da Faculdade, 645 - Jardim Santa Maria - Fone: (45) 3379-7000 - Fax: (45) 3379-7002 - CEP 85.903-000 Toledo - PR

www.unioeste.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado/PPGSS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE PATRÍCIA VICENTE DUTRA, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Aos 23 dias do mês de agosto de 2017, às 14h00, na Sala de Vídeo Conferência, Bloco ADM, 1º Piso, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação da candidata Patrícia Vicente Dutra, aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - nível de Mestrado, na área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Integraram a referida Comissão os Professores Doutores: Fabio Lanza, Esther Luiza de Souza Lemos, Alfredo Aparecido Batista. Os trabalhos foram presididos pelo Alfredo Aparecido Batista, orientador da candidata. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, a candidata foi admitida à Defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado, intitulada: "ALIENAÇÃO RELIGIOSA NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS". O Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou a candidata a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, a candidata foi arguida sucessivamente, pelos professores doutores: Fabio Lanza, Esther Luiza de Souza Lemos. Findas as arguições, o Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse, o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, a candidata foi Aprovada. A seguir, o Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Toledo, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e a candidata.

A candidata tem a obrigação de, no prazo de 30 dias, entregar para a leitura final da Comissão Examinadora a versão final da Dissertação. A defesa, com os orientadores da banca examinadora, Alfredo Batista.

Orientador - Alfredo Aparecido Batista - UNIOESTE - Campus de Toledo

Via Vídeo Conferência

Fabio Lanza - Universidade Estadual de Londrina - UEL

Esther Luiza de Souza Lemos

Esther Luiza de Souza Lemos - UNIOESTE - Campus de Toledo

Patrícia Vicente Dutra

Patrícia Vicente Dutra - Candidata

Marli Renate von Borstel Roesler

Marli Renate von Borstel Roesler - Coordenadora do PPGSS - UNIOESTE - Campus de Toledo

Conforme documentos entregues pelos Arguidores. E, durante o período de 30 dias a candidata fará as adequações propostas pelo orientador, ainda remanescentes e,

em seguida, os encaminhamentos de protocolo da versão final.

DUTRA, Patrícia Vicente. Manifestações sociorreligiosas dos Assistentes Sociais e suas repercussões imediatas nas práticas laborais do tempo presente ao oeste do Paraná. 80 páginas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado apresenta como objetivo geral a análise da presença da alienação religiosa no trabalho de Assistentes Sociais em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, buscando compreender as manifestações sociorreligiosas destes profissionais, com base em seus próprios discursos, na análise da percepção dos referidos profissionais sobre o assunto relacionado com o cotidiano profissional atual e nos processos de formação desses sujeitos profissionais. Esta é uma pesquisa qualitativa, a revisão de literatura sobre o tema abrangeu, principalmente, aspectos sobre o mundo do trabalho no qual se localiza a alienação religiosa, bem como sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil e a relação destes com a Igreja Católica e sua doutrina social e filosófica. A pesquisa empírica realizou-se com profissionais que desempenham seu trabalho na rede sócio-assistencial da região Oeste do Estado do Paraná. A partir desse estudo, foi possível identificar um importante traço conservador com características religiosas. Tendo em vista uma sociedade conservadora, esse traço se espalha para outros setores da vida, como o processo de formação e o exercício profissional, de modo que a religião e a religiosidade acabam sendo mediações no cotidiano de trabalho desses profissionais.

Palavras-chave: Alienação religiosa; trabalho; Serviço Social.

DUTRA, Patrícia Vicente. Social-religious manifestations of social workers and their immediate repercussions on the labor practices of the present time west of the Paraná. 80 pages. Dissertation (Master in Social Work), State University of Western Paraná, Toledo, 2017.

ABSTRACT

This master's thesis presents as general objective the analysis of the presence of religious alienation in the work of Social Assistants in their various socio-occupational spaces, seeking to understand the socioreligious manifestations of these professionals, based on their own discourses, in the analysis of the perception of the referred ones professionals on the subject related to the current professional daily life and in the training processes of these professional subjects. This is a qualitative research, the literature review on the subject covered, mainly, aspects on the world of work in which religious alienation is located, as well as on the foundations of Social Service in Brazil and the relation of these with the Catholic Church and his social and philosophical doctrine. The empirical research was carried out with professionals who carry out their work in the social-assistance network of the Western region of the State of Paraná. From this study, it was possible to identify an important conservative trait with religious characteristics. In view of a conservative society, this trait spreads to other sectors of life, such as the process of formation and professional practice, so that religion and religiosity end up being mediations in the daily work of these professionals.

Keywords: religious alienation; job; Social work.

Aos meus pais e ao meu irmão, por terem me ensinado o valor da educação e por terem me educado de forma honesta. A primeira Mestra da nossa família não poderia existir sem vocês, por isso, eu lhes dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Não é sobre chegar ao topo do mundo e saber que venceu.
É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu.
É sobre ser abrigo e também ter morada em outros corações,
e assim ter amigos contigo em todas as situações.

Ana Vilela – Trem Bala

Durante este percurso, repeti inúmeras vezes que eu sou a “única” pessoa da minha família, sendo mulher, negra, pobre, tendo estudado a vida toda na rede pública, que chega a esse nível de escolaridade. Ao final, percebo que, na verdade, não pretendo ser a única, mas a primeira. Sou a primeira mulher negra da minha família a obter um título de mestre. Não cheguei aqui sozinha, obviamente, isso é fruto de um trabalho coletivo, por isso eu devo agradecer.

Agradeço ao Betto Dela Santa, meu professor no curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina – UEL, amigo para a vida. Obrigada por aquela conversa incentivadora no café da manhã, ela foi decisiva para que eu me submetesse ao processo seletivo de que resulta hoje, este trabalho.

À Claudia Neves da Silva, minha professora, orientadora, membro convidada para a banca, amiga e incentivadora de tantos anos. Obrigada pelo respeito de sempre, pela confiança, pelo apoio e incentivo para que eu sempre acreditasse na educação, na pesquisa e em mim. Um exemplo de profissional e de ser humano que eu pretendo seguir.

Ao professor Fábio Lanza, pelos períodos de pesquisa sobre religião que nos aproximaram na UEL, por toda a colaboração nos artigos em que trabalhamos juntos, por aceitar participar desta banca e pelas contribuições tão ricas que fez à minha pesquisa.

Às colegas de percurso acadêmico Mary Andrea Alves Jurumenha e Mariele Ruschel, pela parceria, pelas caronas, chás, cafés, cucas, aulas, grupos de estudos, mensagens de compartilhamento de bibliografias e trocas de ideias ao longo do processo da escrita da dissertação, esse processo tão solitário. A todas as colegas de turma, Angela, Bruna, Aline, Luciane, Andressa e Vanice.

À professora Ane Bárbara Voidelo, do curso de graduação de Serviço Social da UNIOESTE, que me recebeu como estagiária de docência da disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II, contribuindo para que eu concluísse uma etapa obrigatória, enquanto aluna bolsista, contribuindo com sua humildade profissional para que eu pudesse pensar da melhor e mais crítica forma sobre a docência. Obrigada pela força e apoio pessoais, pela amizade e sinceridade de sempre.

Ao meu orientador Alfredo Batista, pela disposição e por todas as orientações. Não tenho dúvidas de que saio desse processo mais madura e esclarecida graças a nossa relação. Obrigada também por, à sua maneira, ter permanecido nesse processo acadêmico mesmo com todas as dificuldades que foram, dia após dia, se instalando em minha vida, desde a minha situação de saúde mental a questões cotidianas de ordem práticas.

Às profissionais que aceitaram participar desta pesquisa, cedendo a entrevista e buscando compreender a temática proposta. Falar de religião, religiosidade, fé e atrelar isso ao exercício profissional faz com que o assunto ganhe uma dimensão polêmica e faz os profissionais, em alguma medida, se afastarem dessa polêmica. Assim, o trabalho do pesquisador que decide investigar esse terreno fica um pouco mais difícil. Por isso, meus agradecimentos às profissionais que fizeram essa dissertação ser possível.

A todos os professores do Programa de Mestrado, bem como bem como a todos os servidores que fazem a universidade funcionar, por tudo que nos ensinaram e por todo o auxílio prestado.

À Defensoria Pública do Estado do Paraná, instituição em que me tornei servidora, finalmente, durante o processo do mestrado. Aos meus superiores que fizeram valer o meu direito de estudar nas condições necessárias. Aos meus superiores imediatos que tinham poder para dificultar minha vida, mas, ao contrário, escolheram facilitá-la. Aos colegas servidores, estagiários e terceirizados, por me aguentarem, por me aturarem, por me ajudarem. E também por suportarem minhas ausências, meu stress, meus choros e afins. Agradeço por cada bolo de cenoura com cobertura de chocolate com café, por cada *esfiha* com Coca-Cola na sexta e pipoca no fim da tarde. Hoje, os tempos institucionais são outros, mas costumo dizer que Defensoria rima com parceria e é a essa parceria que agradeço profundamente.

Às amigas Tayna Fitz Patriarcha, Talita Arrabal, Mariane Suzze, Tatiane Monteiro e Denise Correa, pela dose extra de muita força e amor que vocês me deram nesse período, por lutarem pelos nossos direitos ao meu lado, por ouvirem meus lamentos, por me darem colo, pelo carinho e pelas risadas, por disporem do seu tempo para ficarem juntinhas comigo. E também por sempre acreditarem que daria tudo certo, por me ligarem de manhã

para eu não perder a hora de estudar, por me fazerem vídeos bobos para eu rir, por todos os recadinhos carinhosos. Especialmente a Taynara, por me ajudar de forma objetiva na construção deste texto. Hoje, ao olhá-lo concluído, tenho plena consciência de que, sem a sua intervenção intelectual e carinhosa, eu não teria conseguido.

Ao meu querido Gabriel Reynal, que chegou da forma mais despreziosa, sem ter a menor ideia do que esse percurso significava, mas, ao saber do peso que eu carregava nas costas, fez meus dias mais leves, felizes, doces, carinhosos e cheios de amor. Obrigada por cada palavra de carinho e incentivo, por cada palavra de preocupação com a conclusão deste trabalho, pela enorme paciência face ao meu nervosismo.

Aos meus familiares, tia Cida e tio Neu e, especialmente ao meu padrasto Roberto, por todo o apoio e preocupação com esse período: pelo apoio material e prático no meu cotidiano, como levar minha mudança pra Toledo, se preocupar com o lugar onde eu moraria e querer conhecer a faculdade onde eu estudaria. São coisas que parecem tão simples, mas, na verdade, eu sei o tamanho da importância porque vêm de pessoas humildes que passaram pouco ou nenhum tempo da sua vida nos bancos escolares, mas, mesmo assim, tentaram me ensinar que o peso do lápis é menor do que o da enxada.

Aos meus queridos alunos do curso de graduação em Serviço Social da Faculdade União das Américas de Foz do Iguaçu – PR. Sim, meus, porque os nossos professores sempre serão nossos professores e eu aprendi que os alunos também. Como disse na nossa festinha de despedida, pude aprender infinitamente mais e melhor com vocês do que pude ensiná-los. Obrigada pela compreensão e pelo apoio em todos os dias em que estivemos juntos em sala de aula e fora dela. Vocês foram o motivo pelo qual eu não formalizei a decisão de desistir do mestrado, vocês me fizeram seguir em frente.

Aos meus terapeutas. Ninguém havia me contado que o preço de uma pós-graduação vai muito além dos livros, cópias, transportes e afins. A pós-graduação imputa aos seus protagonistas o preço da saúde mental que, por vezes, se esvai de forma que não podemos controlar, restando, assim, o apelo aos profissionais da saúde.

Finalmente, agradeço à CAPES e à Fundação Araucária pelo apoio financeiro indispensável e fundamental para a permanência e conclusão deste mestrado.

Eis minhas mãos: não tenho porque escondê-las, ainda que, por teimosia, tragam verrugas nos dedos por apontar estrelas. Esse é o nosso ofício: cavalgar verdades cadentes, eternos caducos presentes que comem a si mesmos mastigando seus próprios dentes.

Assim são estrelas: tempo que tece a própria teia que o atrela, cavalo que cavalga a própria sela.

Distanciamento. Objeto Estranhamento. Espera como pintor ensandecido que reprova a própria tela.

Esse é o nosso ofício, esse é o nosso vício. Cego enlouquecido, visão por trevas tomada insiste em apontar estrelas mesmo em noites nubladas.

Ainda que seja por nada insisto em apontá-las mesmo sem vê-las com a certeza que mesmo nas trevas escondem-se estrelas.

Enganam-se os que creem que as estrelas nascem prontas. São antes explosão brilho e ardências imprecisas e virulentas herdeiras do caos furacão na alma calma na aparência.

Enganadoras aparências...

Extintas, brilham ainda:

Mortas no universo resistem na ilusão da retina.

Velhas supernovas pontuam o antes nada na mentira da visão repentina.

Sim são infiéis e passageiras. Mas poupem-me os conselhos, não excluo os amores por medo de perdê-los.

Os que amam as estrelas puras tão precisamente desenhadas fazem para si mesmas estrelas finamente acabadas.

Tão perfeitas e irreais que não brilham por si mesmas nem se sustentam fora das bandeiras e do branco firmamento dos papéis.

Assim se constroem estrelas puras sem os riscos de verrugas.

Cavalgarei estrelas ainda que passageiras pois não almejo tê-las em frio metal ou descartável plástico.

Simplesmente delas anseio roubar a luz e o calor sentir o vento fértil de seu rastro tocar, indecente, meu sextante no seu astro na certeza do movimento ainda que lento, que corta a noite desde a aurora dos tempos.

Eis aqui minhas mãos: não tenho receio de mostrá-las, antes com verrugas que em bolsos guardadas.

Eis minhas verrugas, orgulho-me em tê-las, é parte do meu ofício de construtor de estrelas.

Gastarei as verrugas na lixa da prática, queimarei as verrugas com o ácido da crítica e aprenderei com as marcas que as estrelas se fazem ao fazê-las por isso são estrelas.

Sobre o ofício de construir estrelas. Mauro Iasi

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.1 MUNDO DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	16
1.1 A CATEGORIA TRABALHO COMO <i>PROTOGÊNESE</i> DO SER SOCIAL	16
1.2 TRABALHO, “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL	23
2 O TRABALHO ALIENADO NOS MANUSCRITOS ECONÔMICOS E FILOSÓFICOS DE 1844	28
3 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL	33
3.1 A IGREJA CATÓLICA COMO PARTE CONSTITUTIVA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL....	50
4 ANÁLISE	50
4.1 ENCONTROS E DESENCONTROS AO LONGO DO PROCESSO DE PESQUISA	50
4.2 MANIFESTAÇÕES SOCIORRELIGIOSAS DE ASSISTENTES SOCIAIS E SUAS REPERCUSSÕES IMEDIATAS NAS PRÁTICAS LABORAIS DO TEMPO PRESENTE AO OESTE DO PARANÁ	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
APÊNDICE A	77
APÊNDICE B	78

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é deixar explícitas as manifestações da alienação com características religiosas no trabalho cotidiano de Assistentes Sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Segundo a tradição marxista (LUKÁCS, 1986), ações alienadas costumam ocorrer quando não é possível desmistificar os componentes do mundo material. A compreensão das bases materiais possibilita a compreensão sobre do trabalho e de suas relações, de modo que é necessário tomar conhecimento do que é o real e como é possível desvendar a realidade.

Dessa forma, faz-se necessário o aprofundamento da presença das manifestações religiosas no trabalho dos Assistentes Sociais, tendo em vista os fundamentos de uma profissão que nasce no Brasil dentro de um reformismo conservador (IAMAMOTO, 1997) ligado, não só, mas também, a um movimento de bases confessionais, com forte atividade da Igreja Católica no momento histórico em que as expressões da “*questão social*” se manifestam por meio da ordem do capitalismo monopolista.

Tendo em vista a escassa bibliografia sobre o assunto, esta pesquisa pretende participar no resultado do exame minucioso da construção teórico-metodológica que se emprega como sustentáculo mais essencial do projeto ético-político profissional do Serviço Social em seu contexto total, da categoria trabalho, até as manifestações da chamada “*questão social*”, na perspectiva da teoria social crítica, uma vez que pretende ter espaço no conjunto de estudos que são relativos ao desenvolvimento sócio-histórico do Serviço Social no Brasil, buscando fundamentações clássicas e contemporâneas sobre da questão, abordada em suas múltiplas determinações e relações.

O desejo de investigar o tema proposto vem dos estudos sobre religião e religiosidade na pesquisa: “motivações que levam homens e mulheres a adentrarem as portas do templo de uma igreja pentecostal”, do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da docente Cláudia Neves da Silva, esses estudos tiveram início no primeiro ano do curso de graduação em Serviço Social da presente pesquisadora, em 2009.

Ao longo do meu curso de graduação foi possível identificar a forte presença da religião na gênese e história do Serviço Social, por exemplo, quando colegas de turma afirmavam forte vínculo religioso e motivação religiosa para escolha do curso de Serviço Social, ou quando as

aulas que nos direcionavam para um conteúdo marxista eram vistas, por estas mesmas colegas de turma, como uma tentativa do professor de afastá-las de sua religiosidade.

No final de 2010, quando da inserção em campo de estágio – a saber, uma empresa de economia mista da área de habitação – a relação entre religião, religiosidade e prática profissional de Assistentes Sociais tornou-se alvo de minha inquietação, haja vista a pesquisa da qual fazia parte. Isso porque percebia, entre os profissionais de Serviço Social, aspectos da influência religiosa, os quais eram notados na prática e também no discurso dos Assistentes Sociais com os quais, naquele momento, eu tinha contato.

A partir desse momento, minha atividade no grupo de pesquisa caminhou no intuito de investigar as características dessa relação; foi quando se iniciaram os estudos sobre a história do Serviço Social e se realizaram entrevistas com diferentes profissionais em seus espaços sócio-ocupacionais. O resultado preliminar mostrou que a relação entre serviço social e religião é presente de diversas formas e em diferentes estágios.

Essas reflexões tornaram-se substratos teóricos para a construção do estudo que se tornou o meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “Religião, Religiosidade e Serviço Social: um estudo sobre a presença da religião e da religiosidade na prática profissional dos Assistentes Sociais”, também sob a orientação de Cláudia Neves da Silva, defendido em 2012.

Neste trabalho, continuei, de forma específica, os estudos que vinha desenvolvendo no grupo de pesquisa. Os resultados apontaram aspectos da história do Serviço Social, da origem da religião e crença, e do perfil dos profissionais que constituíram o universo da pesquisa. A conclusão, naquele momento, mostrou que os profissionais buscavam, cotidianamente, a neutralidade; a fé era um dos recursos para a prática; pois o conservadorismo ainda é presente, e que a questão da religião, na prática profissional, é pouco discutida ou pouco relevante.

Nesse sentido, no presente trabalho, procuramos apreender, compreender e analisar o pensar e fazer do Assistente Social em sua prática cotidiana, no que se refere à fundamentação teórica, metodológica e histórico-social, destacando os conteúdos fundantes da apropriação religiosa na região oeste do estado do Paraná, no momento presente. Para a efetivação desta investigação, buscamos verificar como conteúdos religiosos se manifestam no trabalho dos Assistentes Sociais nos diferentes espaços sócio- ocupacionais em que estes profissionais atuam no cotidiano, bem como identificar influências religiosas na escolha do curso de Serviço Social ou posteriormente e, por fim, investigar como os Assistentes Sociais transferem para as atividades diárias do trabalho, elementos de conteúdos religiosos.

Para a condução deste trabalho, optamos pela pesquisa qualitativa, pois, de acordo com Minayo (2012), esta nos permite encontrar respostas sobre de questões particulares, trabalhando com o universo dos significados, motivos, crenças e valores, correspondendo a um espaço profundo das relações que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis, ou seja, um lado não perceptível e não captável em fórmulas abstratas de equações e estatísticas. Em relação à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto a ser pesquisado, o trabalho incluiu revisão bibliográfica e, quanto aos objetivos, incluiu também a pesquisa exploratória, ou seja, “[...] aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca *identificar suas causas* (...) através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos” (SEVERINO, 2009, p. 123).

Para a condução da coleta de dados, foi utilizada como instrumento a entrevista com o roteiro semiestruturado, tendo como sujeitos dessa pesquisa Assistentes Sociais da rede sócio-assistencial de dois municípios da região oeste do Paraná. Devido à escassez de serviços com essa finalidade, bem como Assistentes Sociais atuantes em tais serviços, optamos por resguardar as denominações dos municípios, bem como das instituições em que esses profissionais atuam, para que a identificação dos sujeitos seja preservada.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo traz análise teórica que pode ser caracterizada como aprofundamento das questões relacionadas ao mundo do trabalho. Apresenta, sob a perspectiva marxista, como a categoria trabalho é tida como elemento fundante do ser social, e como, justamente no trabalho, ocorre o processo de alienação que pode conter características religiosas, justamente o que analisamos no trabalho dos Assistentes Sociais.

O segundo capítulo aborda a questão dos fundamentos do Serviço Social no Brasil, apontando correntes de pensamento sobre o surgimento do Serviço Social brasileiro, com os autores considerados clássicos no interior da categoria, bem como as duas principais teses sobre o assunto. Nesse capítulo, foi feita ainda, uma análise de como a Igreja Católica foi parte constitutiva dos fundamentos do Serviço Social brasileiro, em que, por meio das Encíclicas, disseminava sua ideologia de controle social em um momento de efervescência da classe trabalhadora, no qual o profissional de Serviço Social, então, tem um espaço para sua atuação.

O último capítulo traz a análise dos dados coletados durante a pesquisa. Foi possível observar que as palavras ajuda e missão estão presentes no discurso profissional de uma forma que merece importância. Entre os profissionais entrevistados, foi comum a declaração de que

optou pela carreira de Assistente Social com a finalidade de ajudar as pessoas e que acreditam que seu trabalho é uma missão. Ainda, os profissionais relataram que, ao longo do curso e ainda atualmente, houve e há um forte conflito entre os campos da fé e da ciência.

1 MUNDO DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

A discussão em voga trata da divisão categorial trabalho que, ao relacionar com a experiência brasileira, Ricardo Antunes denomina de “o mundo do trabalho”. Na relação direta com a nossa pesquisa, encontramos um momento que atinge a vida dos trabalhadores em sua dimensão subjetiva concreta, ou seja, o universo da alienação cotidiana em seus diferentes níveis – filosófico, político, econômico e religioso.

Destaca-se que, segundo a literatura Marxiana e da tradição marxista, a alienação religiosa é a mais primitiva e que se expressa com maior visibilidade na humanidade desde os seus primeiros passos, com traços profundos na era do capital. Para tratar desta dimensão, alienação religiosa, esse trabalho se fundamenta na contribuição dos autores: Marx (1978, 1983), Lukács (1986), Feuerbach (2008), Meszáros (2006), Ranieri (2001), Lessa (2012), entre outros que se demonstraram plausíveis ao longo do período de pesquisa.

1.1 A CATEGORIA TRABALHO COMO *PROTOGENESE* DO SER SOCIAL

[...] sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!¹

Segundo Lukács (1986), é necessário partir do ponto de análise da categoria trabalho para mostrar, de forma ontológica, as categorias que formam o ser social. É a partir desta materialidade concreta que entendemos ser possível explicar como o trabalho surgiu, a partir de quais formas, como se vinculam estas formas e onde residem suas diferenças. É por isso que cada etapa do ser é formada por pontos específicos e gerais que, juntos, formam o complexo. Esta máxima implica afirmar que: nenhuma das partes que compõe o ser pode ser observada sozinha, sob o risco de não ser compreendida na sua totalidade. Assim, o todo não é uma soma de partes, mas o todo é a imbricação entre as partes.

Na compreensão do método do materialismo histórico dialético, o todo não é uma soma de partes, mas a unidade na diversidade de conteúdos que imbricam e são mediados por categorias simples e complexas. Dessa forma, afirma Lukács (1979, p. 40) que “[...] toda parte,

¹ Guimarães Rosa, 1994.

é também aqui um todo; o ‘elemento’ é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto”. Desse modo, é possível compreender que basta uma simples observação do ser social, para verificar a “inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho; mostra que aí surgem novas relações de consciência com a realidade e, portanto, consigo mesma.” (LUKÁCS, 1989, p. 1).

Portanto, com a compreensão teórica de Lukács, verifica-se que as categorias mais e menos complexas se interdependem², e a partir do mais complexo podemos compreender o menos complexo, ou seja:

A ciência atual já começa a identificar concretamente a gênese do orgânico a partir do inorgânico e nos mostra que, em determinadas circunstâncias (ar, pressão atmosférica, etc.) podem nascer complexos extremamente primitivos nos quais já estão contidas em germe as características fundamentais do organismo (LUKÁCS, 1989, p. 2).

Posto isso, é necessário compreender que esses complexos são constituições de uma totalidade, que não pode ser apreendida espontaneamente, mas por meio de sucessivas aproximações. Nessa dinâmica, a mediação torna-se “[...] a categoria central da articulação entre as partes de uma totalidade complexa, e é responsável pela possibilidade da passagem entre o imediato e o mediato” (PONTES, 2015, p. 120). Ou seja,

Este ingente processo de aproximações sucessivas torna-se um imperativo para o conhecimento dialético, justamente porque, no plano da imediaticidade, os fatos, os objetos, as coisas aparecem como seres acabados; sua gênese, sua constituição, enquanto complexo total, e as próprias mediações ficam veladas pelo traço de positividade que o plano empírico impõe à representação do sujeito (PONTES, 2016, p. 95).

As apreensões singulares da realidade, ou seja, projetadas no plano da imediaticidade, das expressões do cotidiano e das causalidades, traduz-se na aparência dos fenômenos e das suas manifestações iniciais, sendo estas destituídas de historicidade.

² “O caminho da evolução é o da supremacia máxima das categorias específicas de uma esfera vital sobre aquelas que obtêm sua existência e efetividade, de maneira iniludível, a partir da esfera inferior”. (LUKÁCS, 1986, p. 2).

Na singularidade, as mediações, as determinações, enfim, a própria legalidade social está inteiramente oculta. Numa palavra, esse é o plano da imediaticidade. É exatamente porque a singularidade corresponde à dimensão da imediaticidade que o sujeito cognoscente apreende as categorias sociais como formas autônomas de ser. Neste nível, essas categorias emergem despidas de determinações históricas (PONTES, 2016, p. 97).

Apesar do seu caráter imediato, a *singularidade* não se torna menos importante nesse processo, é uma dimensão essencial, visto que é nesse plano que se iniciam as primeiras aproximações com o movimento do real. Pontes (2016, p. 94) ressalta que:

O processo de alcance da essência invariavelmente ocorre mediatizado pela aparência, pelo fenômeno, ou seja, sempre o sujeito parte dos fatos – que na forma fenomênica é uma abstração –, desocultando a essência através da superação da positividade dos fatos, negando-os para agarrar, através de múltiplas mediações, a totalidade concreta que, em última análise, se constitui na própria essência das coisas.

No entanto, não é possível pensar o movimento do real, da totalidade concreta, sem a inter-relação entre o campo imediato das singularidades e a dimensão universal, esta última regida pelas leis gerais, não se apresentando de forma perceptível aos sujeitos. O caráter relacional entre as duas dimensões citadas pressupõe tratar a respeito da *particularidade*, entendendo esta como o próprio campo das mediações. Sobre essa articulação é correto afirmar que “a dialética universal e particular tem uma função de grande monta; o particular representa aqui, precisamente, a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade” (LUKÁCS, 1978, p. 93).

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas, e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que desse conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular (LUKÁCS, 1978, p. 88).

É nesse sentido, tendo em vista a complexidade da totalidade e seu movimento dialético, que se faz necessário compreender também as esferas ontológicas que engendram aquilo que se apresenta enquanto concreto na constituição do ser social, sendo estas as esferas: inorgânica, orgânica e social, que se encontram completamente interligadas, de modo que o inorgânico não depende do orgânico e não tem vida própria, é uma mutação natural. A esfera orgânica, por sua

vez, depende do inorgânico, mas não da esfera social, possui identidade de vida, como, por exemplo, uma árvore. Já a esfera social estabelece relação de dependência para com as duas esferas anteriores, no entanto, se apresenta como aquilo que, recheada de vida, impulsiona o existir.

Compreende-se então que o ser social se relaciona de forma ontologicamente imbricada por estas três grandes formas fundamentais: a forma inorgânica, a orgânica e a social. De acordo com Lukács (1986), o momento de passagem de uma forma fundamental para a outra acontece por meio de um salto ontológico, "um salto ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro –, qualitativamente" (p.3). Isso implica na compreensão de que o salto ontológico se constitui em uma negação, uma ruptura do novo ser com o ser anterior que carrega elementos de continuidade e ruptura, por isso é um processo evolutivo, caso se rompesse completamente, em sua totalidade central, se tornaria outra coisa completamente diferente.

Ao remeter a discussão para a centralidade da categoria trabalho, é compreensível que o ser social é o único que, em sua existência simples ou complexa, tem a capacidade de antecipar o projeto que pretende colocar em movimento, ou seja, é o único ser portador de uma dada teleologia. Ao mesmo tempo, Marx, no capítulo V de O Capital, afirma: “o ser social é um fazedor de instrumentos”.

O trabalho é entendido enquanto substancial no processo do salto ontológico, da gênese do ser social, porque, nesses termos, ele é a categoria protogênese da existência humana, a primeira, dessa forma, possui características de intermédio entre as categorias inorgânica, orgânica e social. Cabe ressaltar que o trabalho, com base em Marx, é a categoria ontológica primeira e a principal dentre as demais, no entanto não é a única categoria e nem a mais completa. É pelo trabalho que está dada a evolução do homem puramente biológico/natural para o homem enquanto ser social, de modo que:

[...] todas as outras categorias desta forma de ser têm já, essencialmente, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já consumado. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 1989, p. 4).

No entanto, é necessário ressaltar que o trabalho é compreendido como a categoria protogênese, mas não como a única e tampouco como a mais complexa. É importante ter em mente que o trabalho não é a única categoria que compõe o ser social, mas apenas a partir dele e de suas mediações objetivas e subjetivas as outras se desenvolvem, a partir da relação metabólica entre homem e natureza é possível que as outras categorias possam se propagar.

Lukács (1986) aponta que a centralidade do trabalho no processo de humanização do homem foi dada por Engels. Ele teria descoberto que as mãos humanas exercem grande diferenciação na análise do salto ontológico. Segundo o pensador Engels, o macaco também pode usar suas articulações para, por exemplo, colher frutos ou atirar pedras. No entanto, fora da esfera orgânica "nenhuma mão de macaco jamais produziu a mais rústica faca de pedra (ferramenta)" (LUKÁCS, 1986, p. 6). Um salto ontológico é identificado pelas alterações que ocorrem na estrutura do ser, de forma que o salto qualitativo é formado então pelo rompimento com o ciclo normal em que caminhava o desenvolvimento, porém, é necessário enfatizar que, esse rompimento não é total, carrega em si elementos de continuidade.

Enquanto teleologia, o trabalho é encarado como atividade exclusivamente humana. Isso significa que, segundo Marx,

Uma aranha realiza operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente (MARX, -19. V.1.1.1. p. 202).

Desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas – se realizam sempre posições teleológicas, em última instância de ordem material (LUKÁCS, 1986, p. 7).

Com isso, o trabalho é colocado como uma categoria central na ontologia do ser social. Sendo assim, o trabalho é a categoria originária, a partir dele categorias mais complexas se desenvolvem, tais como a linguagem, a consciência, a universalidade, a liberdade, que não são categorias naturais, mas sociais. Nos seres humanos, tais categorias não são geneticamente naturais.

O processo de teleologia implica necessariamente a existência de uma finalidade, de modo que também necessariamente deve haver consciência no ser social, o pôr, uma posição sempre realizada por uma consciência. Nesse sentido, o cotidiano fica recheado de questões sobre a finalidade dos acontecimentos, do porquê algo aconteceu de x ou y maneira. "É uma necessidade humana elementar e primordial: **a necessidade de dar sentido à existência**, ao movimento do mundo e até aos fatos da vida individual – estes em primeiro lugar" (LUKÁCS, 1986, p. 9).

Dentre as contradições humanas, é possível se deparar com universos reais que são expressão de motivações subjetivas/objetivas que são deslocadas da relação orgânica, inorgânica e social no que se refere ao campo de possibilidades da *práxis*. Assim, é possível se deparar com a efetivação do universo das religiosidades que são desenvolvidas com experiências simples e complexas, porém o fundamento que justifica sua existência é, em suas experiências, uma forma real presente no campo desta, para explicar não o movimento do real, mas para além dele. É sob essa compreensão que o objeto desta pesquisa é enveredado e relacionado com a profissão Serviço Social.

Nesse sentido, a temática da religião se apresenta, já que fora do trabalho não há teleologia no sentido ontológico. Nenhum outro animal antecipa. A antecipação pensada traz sociabilidade, é humana. ***Na religião não há antecipação, porque a finalidade na religião é absoluta, já está dada.*** De modo que, no campo da existência humana em que o trabalho ocupa lugar central, a discussão religiosa não serve. Isso porque, no campo religioso, a categoria trabalho é negada, já que a própria religião dita o início, meio e fim de tudo. No pensamento de Marx "o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro pôr teleológico como momento efetivo da realidade material" (LUKÁCS, 1986, p. 12). Por isso o trabalho não se faz, caso não seja antecipado por uma posição realizada pela consciência que vai dar determinação a todas as fases do seu processo, ou seja, o trabalho não é possível sem o pôr³.

Segundo Lukács, todo o debate sobre da categoria trabalho – trabalho que envolve desgaste físico, psíquico e os três elementos constitutivos desse processo, a matéria-prima, os

³ "Pôr, nesse caso, não significa simplesmente tomar consciência, como acontece com outras categorias – especialmente com a causalidade – ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, neste caso, um ineliminável caráter ontológico." (LUKÁCS, 1986, p.9)

instrumentos para o trabalho e o próprio trabalho do homem – enquanto categoria fundante do ser social, trouxe ainda questionamentos envolvendo as bases categoriais de causalidade (composição de leis) e teleologia (finalidade). Sobre disso, Marx define que a existência concreta de ligação entre duas categorias existe justamente tendo em vista que a teleologia é tida como uma categoria que opera apenas no trabalho. Por isso, “a busca dos meios para realizar o fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo sobre da criação daquelas objetividades e dos processos cujo pôr em movimento pode levar a alcançar o fim posto” (LUKÁCS, 1986, p. 15).

Disso deriva o processo de trabalho composto por natureza e trabalho (em que este modifica aquele), meio e fim, e com isso se tem um produto final do processo de trabalho.

Segundo Lukács (1986), a busca pelos meios é um campo que merece importância cêntrica, pois é nele que há ligação entre o trabalho e o pensamento científico. Assim, quando um projeto não se realiza é porque os meios não foram suficientes para tal, de modo que esse projeto que não se realizou permanecerá na consciência, então é um projeto não materializado, um projeto que não sai do campo representacional. Um projeto não materializado é uma representação. Uma representação não é suficiente para explicar a realidade, já que não há materialidade. Ou seja,

Não se deve perder de vista o simples fato de que a realizabilidade ou fracasso da posição da finalidade depende absolutamente de até que ponto se tenha conseguido, através da busca dos meios, transformar a causalidade natural em uma causalidade posta – dito em termos ontológicos. A posição da finalidade tem origem em uma necessidade sócio humana; mas, para que ela se torne uma autêntica posição de um fim, é necessário que a busca dos meios (isto é, o conhecimento da natureza) tenha chegado a um certo nível, adequado a esses meios; e quando tal nível ainda não foi alcançado, a finalidade permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho [...] (LUKÁCS, 1986, p. 18).

Sob esta compreensão analítica, compreendemos que a categoria trabalho que estamos tratando faz nascer, na ontologia, a nova categoria da realização. Isso significa que o resultado do trabalho humano – *práxis* – consiste em criação, em oposição à cópia. A *práxis* humana é realização e não epifenômeno, este estendido enquanto ato repetitivo, que não transforma a natureza. A ultrapassagem da consciência epifenomênica está na criação pela transformação em detrimento da repetição, como fazem os animais, de modo que “na natureza, a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço prestado à existência biológica e à reprodução e,

por isso, considerada ontologicamente, é um epifenômeno do ser orgânico” (LUKÁCS, 1986, p. 25).

Para Lukács (1986), diferentemente de Hegel, objetivação e alienação (entrega) são afirmações práticas do homem como um ser genérico, construções reais do cotidiano. É na objetivação e alienação a um dado objeto que o homem idealiza, se afirmando como um ser genérico, o que daria a universalidade das categorias, baseado em uma compreensão histórica do ser. Segundo Lessa (1992, p. 49):

A prévia-ideação é o momento predominante no movimento da objetivação. De fato, e ela que determina o porquê e o como da efetivação deste ou daquele ato. Tal é o fundamento ontológico último para que a consciência não se resuma a um mero epifenômeno na processualidade social. Ela, ao contrário, e um momento fundamental na determinação da forma e do conteúdo da práxis humana e, nesse sentido, e uma mediação essencial na conformação ontológica da substância social.

É possível afirmar, nesse sentido, que a alienação, em todas as suas formas, faz parte do exercício da vida humana. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a alienação traz o reforço no que se refere ao entendimento do homem enquanto um ser genérico. Por isso, a alienação não é utilizada aqui como um termo na classe do senso comum, que tenta diminuir ou julgar os seres humanos, ou, no caso desta pesquisa, os Assistentes Sociais.

1.2 TRABALHO, “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL

Segundo Netto (2001), é unânime entre as bibliografias que se dedicam à gênese do Serviço Social – tanto por parte das de inspiração na tradição crítica, quanto pelas de outras inspirações – que esse evento não pode ser compreendido sem a vinculação com o que se convencionou denominar de “questão social”, que pode ser definida conforme aponta Netto (2001, p. 43):

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir

da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”.

Segundo Netto (1989), o Serviço Social jamais pode ser pensado dentro de outra lógica que não a sociedade burguesa. É crucial ter em mente que o que acima classificamos de “questão social” é, segundo Marx, algo inerente ao sistema de produção capitalista, que produz e reproduz em escala ampliada essa chamada “questão social” O autor afirma (p.91):

Não é exata a relação, reiterada à exaustão na análise histórica de profissão, entre Serviço Social e “questão social”; na verdade, a efetiva conexão histórico-social não se passa entre estes dois termos, mas entre serviço social e “questão social” sob o capitalismo dos monopólios - a profissão só emerge na idade do monopólio, quando o Estado burguês desenvolve formas sistemáticas, estratégicas e coesivas para enfrentar as manifestações da “questão social”.

Tendo em vista o que foi discutido no item em que a temática sobre a categoria trabalho foi abordada, é assertivo compreender o Serviço Social enquanto uma profissão que atua na esfera da reprodução social. Dessa forma, mesmo discordando de alguns autores importantes que versam sobre esse tema, em relação ao fato de que, segundo a teoria social de Marx, trabalho é atividade produtiva, é possível compreender que essa especialidade possui um objeto e meios de trabalho, objetiva desgaste físico e mental e, no final, obtém um produto social, possuindo então um processo de trabalho próprio. Portanto, temos a compreensão central de que os profissionais de Serviço Social atuam no campo da reprodução social, em que ocorre a organização da vida social, para que o processo de produção aconteça (LESSA, 2012).

Ao atuar no campo da reprodução social, e com essa compreensão consideramos que se trata de um espaço preparatório⁴ para a produção do projeto capitalista, o profissional de Serviço Social em sua formação acadêmica tem a possibilidade de se apropriar de conteúdos os quais o habilitam para o pensar e o fazer profissional. Como interferir na condição de profissional Assistente Social nesta sociedade em que os pressupostos dos meios fundamentais de produção têm como finalidade o lucro?

⁴ Não se trata de pensar a reprodução da vida social como algo secundário à produção. Conforme Bonfim (2015, p. 10), em concordância com Luckács: “podemos afirmar que entre a categoria trabalho e a categoria reprodução se estabelece uma nítida diferença e uma insuperável conexão. Embora o trabalho seja a base de todo o desenvolvimento do homem, somente no contexto da reprodução social o trabalho pode se realizar. A razão disso encontra-se no fato de que [...] tanto o complexo categorial da reprodução como o complexo categorial do trabalho têm o mesmo fundamento: as decisões alternativas de indivíduos concretos em situações historicamente determinadas” (grifo meu).

Com isso, ao contratar a força de trabalho, no capitalismo monopolista tardio, os trabalhadores mergulham em um processo coletivo em que os métodos aplicados – Fordismo, Taylorismo e Toyotismo⁵ – esquartejam, por meio da divisão técnica do trabalho, todas as atividades cotidianas, impedindo, em sua dimensão absoluta, que o trabalhador se aproprie do movimento e das leis do objeto produzido.

É possível compreender que o modo de produção capitalista pressupõe, necessariamente, a acumulação da riqueza que é socialmente produzida, no entanto, quem se apropria dessa riqueza são todos aqueles que detêm os meios fundamentais à produção e quem produz são aqueles que possuem apenas sua força de trabalho.

Nesse sentido, o detentor dos meios de produção também detém a força de trabalho do trabalhador durante o período em que este está executando sua jornada de trabalho; o trabalhador fica despossuído então, inclusive de sua força de trabalho e, ainda, não poderá tomar para si o produto final de seu trabalho, porque este fica como pertença de seu empregador.

É nesse movimento que o trabalho acaba se transformando em uma atividade que vai tirando as condições de humanidade do homem, porque vai tirando dele a posse daquilo que ele mesmo criou disso, segundo Marx (LUKÁCS, 1989), resulta o fenômeno da alienação.

A alienação se manifesta pelo fato de o homem não conseguir se reconhecer nos produtos que ele próprio cria, pelo fato de que já o processo da criação é alienante, desembocando em alienação entre homens. Daí a máxima presente no manuscrito econômico e filosófico de 1844, em que Marx diz: “quanto mais o homem produz riqueza mais pobre ele fica, em uma relação diretamente proporcional.” Por isso as expressões do que chamamos de “questão social” é parte constitutiva do modo de produção capitalista e não fruto de vontade divina. A “*questão social*” é material, concreta e real. Não é um simples movimento controlado do início ao fim, algo em âmbito metafísico.

Se não há rompimento com o campo religioso não há possibilidade de argumentação sobre aspectos científicos e filosóficos, de modo que não há forma concreta de realização da antecipação, ou seja, da sua capacidade teleológica, sendo esse elemento unicamente humano do mundo real e material. Quando a antecipação é atribuída à teologia é como se o homem não

⁵ No modelo de produção toyotista se pensou um novo modelo de acumulação (modelo de acumulação flexível e o próprio neoliberalismo), no qual ocorreu maior precarização do trabalho coletivo e também a desmobilização da classe trabalhadora, tendo em vista a mundialização desse novo modo de produzir. Em consequência, tem-se a própria desorganização da luta política sindical. O capital, a partir desse período, é mais feroz, investe menos em política social, enxugamento do Estado e etc.

estivesse em sociedade, porque o humano preso aos ideais religiosos naturaliza a relação de trabalho, de forma a não se perceber inserido no processo de exploração da sua força de trabalho.

Quando o homem exerce a antecipação, ele coloca um fim. *No caso da religião, o fim já está dado, é absoluto*. Por isso, no campo da existência humana em que existe a compreensão de que o trabalho ocupa lugar central, o discurso religioso não tem sustentação. Isso porque não compreende a centralidade da categoria trabalho ao colocar início, meio e fim em tudo. Assim, as representações de mundo pela lógica religiosa não são do próprio homem, mas foram dadas por outro ser, este considerado superior e sagrado. Por óbvio, nesta afirmação, não adentramos ao campo dos estudos sobre as contribuições dos diferentes sistemas religiosos, inclusive atrelados a movimentos sociais.

Com a tradição marxista é possível compreender que fora do trabalho não há existência de teleologia no sentido ontológico, apenas há no sentido metafísico. Dessa forma, os homens acreditam que a comunicação com o divino, seja esta realizada por diferentes maneiras, possibilita a resolução das questões de ordem social mais diversas. Desse modo, compreende-se que a teleologia que mais está presente na humanidade é a da religião, aquela que está no campo da teleologia primária. Nesse caso, o limite profissional está no fato de que a teleologia colocada em movimento é fundamentada não no real, mas dada de forma metafísica, portanto, pré e absoluta.

Por isso, a ideia de Guerra (2004, p. 22) é partilhada aqui quando a autora diz que:

[...] a abordagem dos fundamentos deve apoiar-se no trabalho como a categoria fundante do homem como ser prático-social e crítico que produz e reproduz sua vida material e espiritual. O trabalho como modelo de práxis é a forma mais elementar das objetivações dos homens, é a protoforma da práxis, esta compreendida como o conjunto das objetivações duradouras do ser social. Na práxis, 'atividade objetivo criadora do ser social', se expressa toda a especificidade desse tipo de ser (Cf. Netto, 1944:36), daí ser a práxis a forma de ser do Serviço Social. É exatamente pelo cariz fundamentalmente ontológico a obra de Marx que permite que se recupere o núcleo categorial do Projeto da Modernidade e a racionalidade a ela subjacente: humanista, historicizada e fecundante dialética. Esta, por sua vez, é tanto a racionalidade do próprio real quanto o sistema de categorias que permite compreendê-lo (Cf. Netto, 1994). Nesta concepção, a dialética materialista.

Nesse universo, momento em que a alienação se manifesta na esfera da produção, também está presente na reprodução social. No entanto, o mecanismo de alienação ocorre pela não apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos que possibilitam apreender o

movimento do real e estruturá-lo no campo ideal, de forma que retire o véu que encobre o processo de alienação presente no pensar e fazer dos sujeitos usuários que é o modo como o Assistente Social interage, principalmente pelas políticas sociais.

É nesse movimento que muitos profissionais buscam explicar o movimento do real pela via teológica, de forma consciente ou não. Assim, é dessa forma que nos deparamos com profissionais que justificam o entendimento e suas intervenções por meio de técnicas, as quais são construídas com fundamentos ontológicos em diferentes raízes.

2 O TRABALHO ALIENADO NOS MANUSCRITOS ECONÔMICOS E FILOSÓFICOS DE 1844

Os Manuscritos econômicos e filosóficos de autoria de Karl Marx foram escritos nos anos de 1844, também conhecidos como Manuscritos de Paris, já que foi nesse país que o autor teria tido contato com os socialistas franceses e teria desencadeado o processo de estudo e escrita sobre economia política clássica. Apesar de datarem de 1844, os manuscritos só foram publicados anos depois.

Os Manuscritos consistem em uma série de anotações e pensamentos que Marx deixou escrito sobre a economia política clássica. Há anotações sobre Hegel, sobre o comunismo, sobre o capital e trabalho, bem como outros pontos importantes.

O texto dos Manuscritos econômicos e filosóficos foi organizado em três principais divisões. O que chamamos de primeiro manuscrito é aquele em que o autor discorre sobre salário do trabalho, lucro do capital, renda da terra e trabalho alienado. O segundo manuscrito trata da relação da propriedade privada e evidencia os fatores determinantes e contradições destes. O terceiro manuscrito é também o mais extenso, nele, Marx traz suas reflexões críticas sobre a propriedade privada e trabalho, propriedade privada e comunismo, produção e divisão do trabalho e dinheiro. Aqui está também o célebre texto da crítica da filosofia do direito de Hegel e o texto do capítulo final da fenomenologia. De acordo com Meszáros (2006, p. 21),

Marx esboça nos Manuscritos de Paris as principais características de uma nova “ciência humana” revolucionária – por ele contraposta a universalidade alienada da filosofia abstrata, de um lado, e à fragmentação e à parcialidade reificadas da “ciência natural”, de outro – do ponto de vista de uma grande ideia sintetizadora: “a alienação do trabalho como raiz causal de todo o complexo de alienações.

Os Manuscritos econômicos e filosóficos são comumente conhecidos por se tratarem de textos relativamente curtos na mesma proporção de um texto verdadeiramente complexo da tradição marxista. Compreende-se que a principal questão que os Manuscritos trazem refere-se ao desvelamento sobre a natureza social do trabalho com preocupação visível ao processo de alienação do trabalhador, tendo em vista a relação de contradição entre capital e trabalho.

O trabalho alienado é o conceito mais relevante tratado por Marx nos Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844. Com este conceito, Marx vai lançar os alicerces para a

análise sobre das relações sociais de produção. O tratamento a este conceito envolve a análise dos termos *Entäusserung* e *Entfremdung*, que segundo Ranieri,

Existe uma distinção entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*): enquanto alienação tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização que o autoproduz e forma no interior de sua sociabilidade, estranhamento é designação para as insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem (RANIERI, [?] p. 1)⁶.

Assim, toda a sustentação sobre o sistema teórico de Marx está relacionada à questão da alienação do trabalhador circunstanciada pelas relações caracteristicamente capitalistas através do trabalho assalariado e da propriedade privada, bem como do dinheiro e da mercadoria.

Nos estudos sobre os manuscritos, é possível compreender que o desvelamento da natureza social do trabalho aponta para a compreensão dos aspectos sobre da desigualdade socioeconômica e dos pontos relacionados à sua superação.

Além disso, para Marx, o trabalho é a atividade vital do homem, é compreendido como o elemento fundante do ser social, já que, no trabalho, o homem recria a si mesmo pelo processo de transformação da natureza, processo em que ocorre o dispêndio de energia física e psíquica que o homem faz para atender às suas necessidades e carências.

Certamente, o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva*, aparece agora para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, seu caráter genérico; é a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como *meio de vida* (MARX, 2006, p. 116, grifos do autor).

No modelo de produção de economia capitalista, necessariamente ocorre a acumulação da riqueza que é socialmente produzida. Ocorre que quem se apropria dessa riqueza produzida é a parcela que tem sob seu domínio os meios fundamentais de produção. De modo que a

⁶ RANIERI, Jesus. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do Capital. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar>

parcela que realiza a produção não se apropria do trabalho, tendo em vista que em sua posse tem apenas sua força de trabalho. Sobre disso Marx afirma que,

A partir da própria economia política, em suas próprias palavras, expusemos que o trabalhador desce até o nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção; que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos e, conseqüentemente, um terrível restabelecimento do monopólio; e finalmente, que a diferenciação entre capitalista e proprietário agrário, bem como entre trabalhador rural e trabalhador industrial, deixa de existir, e toda a sociedade se deve dividir em duas classes, os *possuidores* de propriedade e os *trabalhadores* sem propriedade (MARX, 2006, p. 110).

Nesse processo, o trabalho transforma-se em uma ação que tira as condições de humanidade do homem, isso porque vai subtraindo dele a posse de tudo aquilo que ele mesmo criou, disso resultando no fenômeno da alienação. Sobre isso Marx aponta:

Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como *ser estranho*, independente *do* produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a *objetivação* do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como *alienação* (MARX, 2006, p.111 e 112, grifos do autor).

As fases do fenômeno da alienação referem-se à alienação dos homens para com a natureza, para com a sua atividade produtiva, para com a espécie humana – o ser genérico – e para com os outros homens. Para Meszáros (2006),

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa *força externa* que confronta os indivíduos como um poder *hostil e potencialmente destrutivo*. Quando Marx analisou a alienação nos seus *Manuscritos de 1844*, indicou os seus quatro principais aspectos: 1) a alienação dos seres humanos em relação à *natureza*; 2) à sua própria *atividade produtiva*; 3) à sua espécie, como espécie humana; e 4) *de uns em relação aos outros*. Ele afirmou enfaticamente que tudo isso não é uma “fatalidade da natureza” – como de fato são representados os antagonismos estruturais do capital, a fim de deixá-los onde estão – mas uma forma de *autoalienação*. Dito de outra forma, não é o feito de uma força

externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para “transcender a *autoalienação* do trabalho” (p. 14, grifos do autor).

De acordo com Meszáros (2006), Feurbach e Hegel influenciaram a formação do conceito de alienação descrito por Marx em um sentido dialético de continuidade e ruptura. Um dos primeiros elementos sobre a questão da alienação é a abordagem judaico-cristã. Segundo essa abordagem, o primeiro ponto que não pode ser esquecido refere-se à alienação com relação a deus, de uma maneira em que o homem teria se perdido dos desígnios divinos, tendo estado então como estranho a estes.

Para Feuerbach a questão da alienação era a questão da consciência religiosa (SÈVE, 1990), para Marx, porém, que vai além da questão, está no trabalho alienado, como vem tratando este texto. Com isso, Marx não vai tratar da questão da alienação em solo religioso, mas no campo da economia política. Nas palavras de Marx (2006, p.118), “iniciamos de um fato econômico a alienação do trabalhador e de sua produção”. Dessa forma, a compreensão está no campo do entendimento de que o homem enquanto trabalhador é despossuído das coisas em sentido terrestre e não divino, é uma análise materialista.

Para além da abordagem cristã, a alienação apresenta uma característica que é fundamental à sua compreensão. A ideia clara de que o conceito de alienação se refere à questão da mercadoria, da forma como, no modo de produção capitalista, todas as coisas são convertidas em mercadoria, inclusive os próprios seres humanos. Disso Meszáros (2006) indica que:

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em coisas, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em indivíduos isolados (*vereinzelte Einzelnen*), que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade (p.39).

Os Manuscritos econômicos filosóficos de 1844 trazem importante evolução, superação em relação ao que se trazia para o conceito de alienação. Marx coloca de forma categórica aqui que a centralidade de toda e qualquer forma de manifestação da alienação tem raiz no trabalho alienado: “A forma alienada da atividade produtiva prática do homem” (MESZÁROS, 2006, p.215). Marx trata com solidez essa questão.

A alienação econômica é compreendida como o denominador comum a todos os outros modos de alienação. Por isso, também não se admite neste texto a ideia de um jovem e velho Marx, como se tivesse havido uma alteração radical entre estes, a compreensão aqui reside na evolução e amadurecimento intelectual do autor. No entanto, dentre as dimensões de alienação (Religiosa, política, filosófica e econômica), a alienação religiosa é a mais primitiva e a econômica a mais complexa.

3 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

O segundo capítulo desta pesquisa refere-se à compreensão dos fundamentos do Serviço Social, compreensão essa com base nos ideais da teoria crítica. Para tanto, utilizamos autores de referência como: Yamamoto (1999, 2002, 2007, 2008) Netto (1992, 1998, 2001), Montañó (2007), Barroco (2001) e Simões Neto (2005) entre outros que se mostraram pertinentes ao longo da pesquisa. Aqui será possível compreender aspectos sobre as correntes de pensamento sobre o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, bem como sobre as correntes filosóficas que se fizeram presentes, e também como a religião, tendo em vista a presença da Igreja Católica, é parte constitutiva da forma de ser do Serviço Social.

3.1 A IGREJA CATÓLICA COMO PARTE CONSTITUTIVA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

É possível organizar em dois grupos específicos as ideias existentes sobre o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. O primeiro desses dois grupos refere-se à defesa de uma concepção endogenista do que chamamos de Serviço Social, ou seja, uma ideia que explica o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social a partir do seu próprio sistema, do seu próprio organismo, a partir de si mesmo. Essa ideia carrega ainda uma explicação evolucionista para explicar o surgimento e desenvolvimento da profissão, ou seja, o Serviço Social seria uma evolução das antigas práticas de caridade, filantropia e ajuda.

Nas palavras de Montañó (2007, p.19-20) “a perspectiva *endogenista* sustenta a origem do Serviço Social *na evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’*”. Tal linha de pensamento equivoca-se ao indicar que o surgimento da profissão teria sido fruto de escolhas individuais, desconsiderando completamente as questões objetivas referentes às condições históricas, econômicas, sociais e culturais que permitiram o desenvolvimento dessa profissão no Brasil. De acordo com Montañó (2007, p. 20) os autores⁷ de expressão teórica dessa corrente de pensamento são Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José

⁷ Não é pertinente nesse momento e nem é o objetivo da dissertação, aprofundar em cada um desses autores, na corrente endogenista, e nem na corrente crítica.

Lucena Dantas, entre outros, tais autores influenciaram o pensar e o agir dos profissionais de Serviço Social.

É válido destacar que, dentro desta linha de pensamento, existem diferenças, segundo Montaño (2007), é possível distinguir um grupo que identifica a gênese do Serviço Social ligada a todo o tipo de ajuda, podendo chegar, inclusive, a ações dos tempos da Idade Média. O outro grupo, dentro dessa linha de pensamento endogenista, situa as primeiras formas de Serviço Social a ações realizadas no período pós-revolução industrial, ou seja, ações organizadas e objetivas em relação às metamorfoses da “questão social”.

A outra corrente de pensamento, da qual partilho, parte de um pressuposto teórico crítico para realizar a análise. Essa segunda perspectiva considera a presença de ações de cunho caritativo encabeçadas pela Igreja Católica no Brasil e que influenciaram, durante anos, os caminhos seguidos pelo Serviço Social brasileiro, desse modo, diferente da primeira perspectiva que daria a um grupo específico de pessoas e instituições o mérito da vontade para o surgimento do Serviço Social. Uma análise profunda coloca o desenvolvimento dessa categoria como profissão no patamar do movimento dialético, em que a profissão é entendida em um cenário histórico, político, cultural e social que possibilita as bases para o seu surgimento e desenvolvimento; cenário que vinha apresentando as características típicas do modelo de produção capitalista, especificamente o de organização monopólica⁸.

Para Montaño (2007), a segunda corrente de pensamento sobre do surgimento e desenvolvimento do Serviço Social é inquestionavelmente oposta e excludente em relação à primeira. Para a perspectiva crítica, o trabalho cumprido pelo profissional Assistente Social refere-se a uma atividade de cunho político, explicada pelo lugar de tal profissional na divisão social e técnica do trabalho coletivo, ou seja, ao contrário da primeira corrente de pensamento, o Serviço Social não pode ser explicado por si mesmo. Os principais autores que são reconhecidos por expressarem essa vertente crítica, segundo Montaño (2007), são Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli e José Paulo Netto. Segundo Montaño (2007), tal perspectiva histórico-crítica,

Entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o

⁸ “O que importa observar e destacar com a máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2001, p. 20. Grifos do autor).

Estado toma para si as respostas à “questão social” (MONTAÑO, 2007, p. 30).

Vale ressaltar que o Serviço Social passou por muitos descaminhos desde seu surgimento no Brasil, e não é à toa que existem divergências sobre sua compreensão. Ao longo dos anos, a categoria profissional foi influenciada por mais de uma corrente filosófica, as quais ofereceram direções distintas. A compreensão desses descaminhos faz-se importante para que, adiante, seja possível compreender os motivos pelos quais existem divergências entre os profissionais de Serviço Social, possibilitando a compreensão sobre as heranças conservadoras presente até aqui. Compartilhamos da compreensão de que há uma herança que carregamos até hoje.

Desse modo, assim como Montañó se dedicou à compreensão das vertentes de pensamento sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil, inspirada pela perspectiva histórico-crítica, a autora Marilda Villela Iamamoto (2014) fez uma profunda análise com o intuito de dar vazão às obras elaboradas no período compreendido entre os anos de 1980 a 2000 sobre os fundamentos do Serviço Social, apresentando os diferentes pontos de partida sobre os quais os autores expõem suas teses sobre o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil.

A autora (2014) elegeu sete teses escritas por diferentes autores sobre os fundamentos do Serviço Social e o exercício deste no Brasil. Sob sua análise, estiveram as seguintes teses: 1) A tese do sincretismo e da prática indiferenciada, de José Paulo Netto (1991, 1992, 1996); 2) A tese da identidade alienada, de Maria Lúcia Martinelli (1989); 3) A tese da correlação de forças, de Vicente de Paula Faleiros (1972); 4) A tese da assistência social, de Maria Carmelita Yazbeck (1993); 5) A tese da proteção social, de Sueli Gomes Costa (1995); 6) A tese da função pedagógica do Assistente Social, de Marina Abreu (2002). A autora faz ainda um balanço da sua própria tese, juntamente com Raul de Carvalho "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil" (2008).

Dentre as teses analisadas pela autora, sobressai a de José Paulo Netto, publicada em seus livros "Capitalismo Monopolista e Serviço Social" e "Ditadura e Serviço Social", em que o autor apresenta argumentos sobre os aspectos que possibilitaram a emergência do Serviço Social no Brasil como uma profissão posta no marco do desenvolvimento do capitalismo de monopólios no país; bem como apresenta quais aspectos possibilitaram o conhecido processo de renovação do Serviço Social que aconteceu sob influência do período ditatorial e posterior.

Aqui, o autor aponta para a existência de três vertentes constitutivas desse processo, classificadas de *modernização conservadora*, *reatualização do conservadorismo* e *intenção de ruptura*⁹.

Para Netto (2001), a profissionalização do Serviço Social não é resultado da organização e/ou racionalização da ajuda, da caridade e da filantropia. O processo de profissionalização do Serviço Social está intimamente ligado ao movimento do capitalismo de monopólios, em que se organiza o caráter das circunstâncias históricas e sociais para o desenvolvimento do Serviço Social e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho coletivo.

Segundo Netto (2001), é unânime entre as bibliografias que se dedicam à gênese do Serviço Social – tanto por parte das de inspiração na tradição crítica, quanto pelas de outras inspirações – que este evento não pode ser compreendido sem a vinculação com o que se convencionou denominar de “questão social”¹⁰, que, segundo Iamamoto e Carvalho, pode ser definida como:

[...] expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho [...] mas gerindo a organização da prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 77).

É de Iamamoto, juntamente com Raul de Carvalho em "Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica (2008)", sobretudo, o mérito de localizar o Serviço Social enquanto uma profissão, isso significa estar inserido na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, atuando entre diferentes espaços sócio-ocupacionais com destaque na execução das estratégias governamentais para dar respostas às diversas expressões da "questão social", ou seja, atuando na execução das políticas sociais.

⁹ Não iremos, neste momento da dissertação, descrever e/ou analisar cada uma dessas vertentes.

¹⁰ A expressão “questão social” é empregada com o uso de aspas a fim de demarcar que está sendo indicada em oposição ao pensamento conservador, levando-se em consideração a contradição presente no modelo de produção capitalista.

A autora se faz pioneira ao realocar o conjunto dos caracteres sobre a natureza do Serviço Social e elucidar que os profissionais desta categoria atuam em instituições públicas e privadas, estando, assim, no patamar de trabalhadores assalariados, ou seja, dentro da lógica da compra e venda da força de trabalho. Essa compreensão vincula os Assistentes Sociais com a classe trabalhadora enquanto iguais, de modo a fazer a escolha por esta classe, lutar por ela e expressar isso no posterior projeto ético político e na materialização de um perfil profissional distinto daquele da gênese que era tão fortemente marcado pelo conservadorismo, que a categoria, ao longo de seu processo de desenvolvimento, tem travado diferentes formas de lutas (teóricas/práticas) para superar e romper com o modelo conservador.

Em seu esforço de analisar as teses sobre os fundamentos do Serviço Social, Iamamoto (2014) aponta que é de Martinelli (1989) o mérito de despontar sobre o tema da identidade e alienação ao propor o entendimento do significado do Serviço Social enquanto profissão posta na sociedade capitalista, participando ativamente do processo de produção e reprodução das relações sociais.

Em sua tese, Martinelli (1989) traça o caminho de tornar racional a política de assistência social, relacionando com o que denomina de "ilusão do servir". Com isso, Martinelli busca compor o rol de encontros e desencontros na construção da *identidade profissional e consciência social dos assistentes sociais*. Segundo a própria autora, busca fazer isso inspirada pela tradição marxista, enfatizando que o Serviço Social

É uma profissão que já surge no cenário histórico com uma identidade atribuída pelo capitalismo. Em vez de ser produzida historicamente, decorreu do projeto hegemônico da classe dominante, que *roubou dos agentes a possibilidade de construir formas peculiares de prática* (MARTINELLI, 1989, p.141; grifos do autor).

Ao analisar a obra de Martinelli, Iamamoto percebe que, apesar da intenção da autora em se basear na tradição marxista, ela apresenta fortes influências hegelianas que teriam tido mais destaque, de modo que sua obra não poderia ser encarada como uma tese de estrutura teórica e metodológica baseada essencialmente na perspectiva marxista¹⁰.

¹⁰ Para esclarecimento aprofundado, ver MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1992. Ver também IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2014.

É de Faleiros (1972)¹¹ a tese reconhecida como de “correlação de forças”, dando ao autor o reconhecimento de um dos mais importantes expoentes do movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano (IAMAMOTO, 2014), de forma que, para tanto, se apropriou de vasta literatura internacional sobre o tema.

Assim, Faleiros apresenta como tema central de sua tese a questão da relação do Serviço Social com a política, para tanto, utiliza o pensamento de Gramsci sobre a ideia de “hegemonia” e “intelectual orgânico”. Daí que, para o autor, o Assistente Social é encarado como um “intelectual orgânico”, tendo a possibilidade de contribuir com uma nova hegemonia que culminaria na construção do novo “bloco histórico” (FALEIROS, 1972).

Com isso, o autor inaugura um caminho para que a ação dos Assistentes Sociais, enquanto trabalho, possa ser analisada dentro de uma perspectiva política. Faleiros concebe a intervenção profissional, no paradigma da correlação de forças, como confrontação de interesses, recursos, energias e conhecimentos inscritos no processo de hegemonia, dominação e resistência.

Na tese da assistência social, de autoria de Maria Carmelita Yazbek (1993), com a obra intitulada “Classes subalternas e assistência social”, a autora realiza o trabalho de estudar aspectos do que chama de “pobreza brasileira” e a forma de enfrentamento através das políticas públicas, enfatizando o papel do Estado e analisando o impacto dessas políticas para a população atendida por elas (IAMAMOTO, 2014).

O grande destaque dessa obra é o espaço que dedicou para ouvir os usuários das diversas políticas sociais; a autora realizou entrevistas com pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade que, de algum modo, dependiam das ações de pelo menos uma política. Antes, Yazbek (1993) faz uma análise da política de assistência social no Brasil. Afirma que as ações realizadas pelos Assistentes Sociais consistem em “mediação” entre o Estado e os “homens simples”, de forma a atuar na concretização da função reguladora que cumpre o Estado.

Desse modo, segundo Iamamoto (2014), a tese de Yazbek (1993) apresenta como ponto principal a profissão posta principalmente na esfera da política social e sua relação com o Serviço social. Yazbek (1993) utiliza os termos “de baixo” e “homens simples” para se referir aos sujeitos de sua pesquisa. Influenciada pela categoria de subalterno,¹² resgata a história de vida desses sujeitos e sua trajetória de vida na relação com as políticas sociais.

¹¹ Para melhor compreensão ver FALEIROS, V. P. *Trabajo Social*. Ideologia y método. Buenos Aires: Ecro, 1972.

¹² O termo “subalterno”, foi cunhado por Gramsci. Para mais informações sobre o uso do termo pela autora em sua tese ver YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Já a tese da “proteção social” de Suely Gomes Costa (1995) merece destaque por ter se colocado no debate a nível nacional sobre o tema da formação profissional (IAMAMOTO, 2014). Para o pensamento dessa autora, os Assistentes Sociais se debruçam sob a “proteção social” desde sempre, de forma que esse elemento seria demarcador na esfera profissional.

Costa (1995) se destaca por apresentar a ânsia no avanço em relação às teorias “economicistas” de fundamentação na teoria crítica marxista.

Costa (1995) aponta que a tese “economicista” não é suficiente para explicar todas as questões relacionadas às expressões da “questão social”. Afirma ainda a necessidade de se tomar conhecimento de teorias e estudos mais atualizados – sob o seu ponto de vista –, evitando o pesado legado à tradição marxista presente nos debates da categoria desde os anos de 1960. Iamamoto (2014) tece uma crítica a este pensamento de Suely Costa ao afirmar a necessidade de se apropriar com clareza da verdadeira obra de Marx, sob o risco de se formar ideias a partir de “caricaturas”.

Finalmente, também sob influência Gramsciniana a autora Marina Maciel Abreu realiza seu trabalho sobre da gênese do Serviço Social, trazendo o debate sobre a função pedagógica do Assistente Social através da mediação das políticas públicas. Para Abreu (2002, p. 17), a função pedagógica do Assistente Social seria

[...] determinada pelo vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos no processo de prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada às estratégias da racionalização da produção das relações sociais e no controle social.

Abreu (2002) sustenta a ideia de que uma relação pedagógica vai muito além das características escolares de ensino, para a autora – inspirada em Gramsci (1978) – toda relação de hegemonia carrega necessariamente a noção pedagógica. No entanto, para Iamamoto (2014), o entendimento que Abreu (2002) apresenta durante toda sua tese sobre Gramsci não é a mais consensual. Segundo Abreu (2002), o embate presente no Serviço Social acontece por conta das contradições no caminho do seu desenvolvimento, em que, em alguma medida, nega as bases conservadoras e, em outra medida, resiste às alterações para a reatualização e reafirmação do projeto conservador.

Segundo Iamamoto (1997), o protagonismo da classe operária fez com que a temática sobre a “questão social” ganhasse espaço no Brasil, com isso, o Estado, a Igreja Católica e os

grupos sociais dominantes se viram obrigados a agir e se posicionar. A Igreja Católica age no sentido de tratar as expressões da “questão social” como de ordem moral e religiosa sobretudo. Isso observamos no período em que estamos tratando a gênese do Serviço Social brasileiro, por meados da década de 30. O Estado, por sua vez, atua na regulação da propriedade privada. Desse modo, o surgimento do Serviço Social é visto, segundo as palavras de Yamamoto (1997, p. 20),

Como uma alternativa profissionalizante às suas atividades de apostolado social, num momento de profundas transformações sociais e políticas. A Ação Social e Ação Católica logo se tornam uma das fontes preferenciais de recrutamento desses profissionais [assistentes sociais]. A profissão não se caracteriza apenas como forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho.

Do mesmo modo, entre os anos de 1960 a 1980, foram as condições sociais, econômicas, culturais e históricas que possibilitaram o processo conhecido como renovação do Serviço Social, um momento de réplica por parte dos Assistentes Sociais na relação desta profissão com a sociedade. Esse processo é comumente identificado como "teorização" (NETTO, 2011).

Sobre esse momento histórico, Netto (2011) elucida que o centro de interesses sobre das questões vivenciadas pelo Brasil nos anos de 1961 a 1964 tem a ver com uma conjuntura perigosa da maneira de dominar o país por parte da burguesia, que fora produzida por uma oposição entre aquilo que a industrialização crescente demandava e o que as classes sociais reclamavam.

Tal conjuntura histórica, econômica e social exigia um profissional capaz de dar conta das peculiaridades da ordem econômica que se colocava no país. A pretensão era a de que as ações desse profissional contribuíssem para o êxito da burguesia de tipo industrial que vinha crescendo e precisava dar respostas, além da repressão, às exigências da classe trabalhadora, considerando a emergência de consequências trazidas pelo modelo econômico.

No Brasil, é sabida a forte presença da Igreja Católica na gênese do Serviço Social, com seu ideário e suas instituições, como é o caso da fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936, fundada com o apoio do Centro de Estudos e Ação Católica após a execução de diversos cursos para preparar aquelas pessoas que tinham "vocação" para ajudar os pobres,

de modo que apenas a vocação e a boa vontade não bastavam, o momento requeria qualificação profissional.

É possível afirmar, nesse sentido, que o Serviço Social brasileiro nasce atrelado aos ideais da Igreja Católica em meados da década de 1930, em um cenário nacional de urbanização e crescentes manifestações de protagonismo da classe operária que, por sua vez, caminhava em um sentido de distanciamento desse ideário católico. Mas, os primeiros cursos de Serviço Social no Brasil nasceram sob o incentivo da Igreja Católica com vistas ao atendimento das necessidades do Estado brasileiro que pedia por um profissional que pudesse trabalhar com a população mais excluída da sociedade. Por isso, é possível afirmar que a formação profissional dos primeiros Assistentes Sociais brasileiros ocorreu sob a perspectiva Neotomista e da Doutrina Social da Igreja Católica, conforme aponta Silva (2003, p. 97):

A visão de homem e mundo das primeiras assistentes sociais fundamentava-se na filosofia e teologia da Igreja Católica, mais especificamente da doutrina social da Igreja. Na formação profissional destas assistentes sociais, a presença da doutrina social era o fundamento teórico-metodológico daqueles que ministravam aulas para as primeiras alunas do Serviço Social, bem como do projeto de formação profissional.

Ou seja, com o surgimento das primeiras escolas manifestou-se a preocupação com o método (primeiro a base franco-belga, neotomismo, depois a preocupação de fato em se aproximar da ciência trouxe a proximidade com a herança positivista) para a realização das ações, bem como com as teorias a serem introduzidas no curso. Nos primórdios da profissão, esse aparato foi respondido pela Doutrina Social da Igreja Católica, de forma que a visão de homem e mundo, disseminada por esta, influenciou decisivamente as concepções e ações das primeiras Assistentes Sociais.

A presença da Igreja no surgimento do Serviço Social brasileiro trouxe uma tensão histórica entre a busca de uma profissão embasada em correntes filosóficas críticas e uma profissão com bases confessionais, segundo a visão de Amaro (2013, p. 18):

Ao se perguntar qual foi nesses últimos setenta anos a maior luta e maior conquista dos assistentes sociais, não hesitaria em afirmar que foi a edificação de sua identidade profissional e, no interior desta, a luta contra a alienação. Nascida das mãos da sociedade burguesa, amplamente respaldada pela Igreja Católica e pela filantropia institucionalizada, desde seus primórdios, a profissão amargou as mazelas de uma identidade atribuída, estereotipada e reificada. A criação do primeiro Curso de Preparo para o Exercício da Ação Social, então denominado Curso Intensivo de Formação Social para Moças,

ocorrido no território brasileiro, teve como referencial o Serviço Social europeu. O fetiche da face humanitária e caritativa da Igreja, do Estado e da classe dominante, cooptou e corrompeu a consciência dos assistentes sociais, aprisionando-os na ilusão de servir por um longo período. Mais que isso: tal fetiche de ajuda aos pobres, alinhado à estereotipia do papel feminino (associado à maternagem) e ao caráter moralizador da ação católica, desfigurou a profissão, impondo-lhe uma identidade débil e sem profundidade.

O Neotomismo se fez presente na formação do Serviço Social até meados da década de 50/60 do século XX, depois desse período, uma série de mudanças no que se refere às concepções de homem e mundo começaram a influenciar o processo de formação dos assistentes sociais. No entanto, até os dias atuais podemos afirmar que todo o percurso histórico do Serviço Social é marcado por avanços e retrocessos em relação ao ideário religioso e conservador. A Igreja Católica influenciou e orientou diretamente a forma como as expressões da “questão social”, com as quais atuam os Assistentes Sociais, deveriam ser tratadas. Fez isso, como dito, por meio das encíclicas papais.

A Igreja Católica justificava suas ideias e ações com base na filosofia de Santo Tomás de Aquino, que trazia a ideia da “pessoa humana” para a visão de homem que o Serviço Social adotaria. Os postulados de Santo Tomás de Aquino marcaram o exercício e discurso da gênese dessa categoria profissional, não sendo sem razão, desse modo, que até hoje inúmeras pessoas apresentam motivações religiosas para a escolha do curso de Serviço Social¹³. A filosofia de Santo Tomás de Aquino se fez presente de maneira notável no Serviço Social até aproximadamente a década de 1960, período histórico em que, no Brasil, foram lançadas as bases para a possibilidade de novas concepções sociológicas adentrarem e influenciarem o interior da categoria (SILVA, 2003).

Tal filosofia estava inscrita no currículo de formação dos Assistentes Sociais à época e expressava a ideia da missão que estes profissionais deveriam exercer. O Neotomismo (séc. XIX) trouxe o objetivo de reviver o Tomismo do século XIII com vistas a dar respostas aos problemas sociais contemporâneos; segundo tal filosofia, estas respostas viriam de um equilíbrio entre fé e razão.

O documento expressivo nesta linha na década de 30, data da criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, é a Encíclica *Quadragesimo Anno*, em alusão aos quarenta anos

¹³ Essa afirmação pode ser feita com base na experiência trazida pela autora dessa dissertação em grupos de pesquisa sobre a temática (UEL), bem como, como será possível verificar mais adiante, no próprio resultado dessa pesquisa.

da Encíclica anterior, a *Rerum Novarum* (das coisas novas), tal documento demarcava a posição da Igreja Católica frente às questões sociais que emergiam na sociedade, e é o documento que trazia a Doutrina Social da Igreja Católica que deveria ser seguida fielmente. De acordo com Pinheiro (2010, p. 19), a Encíclica *Rerum Novarum* pode ser caracterizada principalmente pelo:

Convite para a reconciliação de classes, em que ricos e patrões devem respeitar a dignidade humana e pagar salários justos; na condenação do patrão que usa o trabalho como instrumento do lucro; na salvaguarda pelos governantes dos interesses dos trabalhadores, segundo os princípios católicos; na observação rigorosa das leis e da justiça distributiva pelo Estado, baseado naqueles princípios; na intervenção do Estado no liberalismo, evitando o conflito. A Encíclica sugere, ainda, que os sindicatos se ocupem da saúde; que não haja intervenção do Estado sobre as jornadas de trabalho e sobre a proteção dos sindicatos, defendendo sua autonomia. Não são observadas regras precisas sobre as corporações, mas o objetivo deve ser o de aperfeiçoamento religioso. Não é aprovada a obrigatoriedade sindical, mas uma proposta de tendência social democrata cristã.

A Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, por exemplo, apresenta a conduta, em sentido moral e material, para as relações entre os trabalhadores e seus empregadores, conforme é possível observar no trecho que segue:

Entre estes deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas.

Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristo. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objecto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. O cristianismo, além disso, prescreve que se tenha em consideração os interesses espirituais do operário e o bem da sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo. Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista a considerar. Duma maneira geral, recordem-se o rico e o patrão de que explorar a pobreza e a miséria e

especular com a indignação, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas; que cometeria um crime de clamar vingança ao céu quem defraudasse a qualquer no preço dos seus labores: Eis que o salário, que tendes extorquido por fraude aos vossos operários, clama contra vós: e o seu clamor subiu até aos ouvidos do Deus dos Exércitos. Enfim, os ricos devem precaver-se religiosamente de todo o acto violento, toda a fraude, toda a manobra usurária que seja de natureza a atentar contra a economia do pobre, e isto mais ainda, porque este é menos apto para defender-se, e porque os seus haveres, por serem de mínima importância, revestem um carácter mais sagrado. A obediência a estas leis — perguntamos Nós — não bastaria, só de per si, para fazer cessar todo o antagonismo e suprimir-lhe as causas? (IGREJA CATÓLICA, 1891, p. ?).

A Encíclica *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI, por sua vez, dissemina a ideia de que as expressões da “questão social” são resultado de problemas de cunho moral, de condutas que se podem chamar “desmoralizantes”, assim, perdendo de vista qualquer análise profunda e crítica que fosse capaz de analisar as reações sociais e económicas no sistema capitalista, conforme ilustra o trecho que segue:

Mas antes de entrarmos neste assunto, devemos pressupor, o que já provou abundantemente Leão XIII, que julgar das questões sociais e económicas é dever e direito da Nossa suprema autoridade. Não foi é certo confiada à Igreja, a missão de encaminhar os homens à conquista de uma felicidade apenas transitória e caduca, mas da eterna; antes a Igreja crê não dever intrometer-se sem motivo nos negócios terrenos. O que não pode, é renunciar ao ofício de que Deus a investiu, de interpor a sua autoridade não em assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere à moral. Dentro desse campo, o depósito da verdade que Deus Nos confiou e o gravíssimo encargo de divulgar toda a lei moral, interpretá-la e urgir o seu cumprimento oportuna e importunamente, sujeitam e subordinam ao Nosso juízo a ordem social e as mesmas questões económicas. Pois ainda que a economia e a moral se regulam, cada uma no seu âmbito, por princípios próprios, é erro julgar a ordem económica e a moral tão encontradas e alheias entre si, que de modo nenhum aquela dependa desta. Com efeito, as chamadas leis económicas, deduzidas da própria natureza das coisas e da índole do corpo e da alma, determinam os fins que a actividade humana se não pode propor, e os que pode procurar com todos os meios no campo económico; e a razão mostra claramente, da mesma natureza das coisas e da natureza individual e social do homem, o fim imposto pelo Criador a toda a ordem económica. Por sua parte a lei moral manda-nos prosseguir tanto o fim supremo e último em todo o exercício da nossa actividade, como, nos diferentes domínios por onde ela se reparte, os fins particulares impostos pela natureza, ou melhor, por Deus autor dela; subordinando sempre estes fins aquele, como pede a boa ordem. Se seguirmos fielmente esta regra, sucederá, que os fins particulares da economia, sejam eles individuais ou sociais, se inserirão facilmente na ordem geral dos fins, e nós subindo por eles, como por uma escada, chegaremos ao fim último de todos os seres, que é Deus, bem supremo e inexaurível para si e para nós. (IGREJA CATÓLICA, 1931, p.?).

Ainda sobre as correntes filosóficas que inspiraram o Serviço Social ao longo do tempo, vale lembrar que, além do Neotomismo que marcou esta categoria profissional até os anos de 1960, o positivismo (Augusto Comte, século XIX) se fez presente a partir da década de 1940 sob influência do Serviço Social norte americano, e teve importante papel na ampliação da técnica no Serviço Social (AGUIAR, 1995). Segundo Iamamoto (1997), essas influências formam o “arranjo teórico-doutrinário” do Serviço Social, em uma junção do humanismo cristão trazido por Santo Tomás de Aquino e do apoio técnico científico do positivismo. Por isso Iamamoto (1997) afirma: [...] *o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista conservador.*

O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão – que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino de Serviço Social – ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana. Esse universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmatistas da profissão, as reforçam e atualizam. O Serviço Social mantém seu caráter técnico e instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem” (IAMAMOTO, 1997, p. 21).

Em seguida, segundo Netto (2011), o movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil marca o início da aproximação desta categoria profissional com a tradição marxista. Diversos teóricos do Serviço Social crítico apontam para “caminhos e descaminhos” que foram peculiares a esse processo. De modo que foi no período da reconceituação que o Serviço Social consegue relacionar-se com a classificada ala crítica das ciências sociais e, assim, se aproxima da tradição marxista (as encíclicas papais já não norteiam mais a sociedade e a formação).

No entanto, essa aproximação não acontece com tanta clareza e domínio sobre a tradição marxista, por conta da influência da esquerda crítica e das novas gerações revolucionárias presentes naquele momento histórico. Disso decorre a observação de que a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista aconteceu de forma “enviesada”, nas palavras de Netto (2011).

É corrente na literatura crítica sobre o assunto a referência de que a aproximação da qual trata este texto tenha acontecido pela mediação de “manuais e intérpretes”, o que conhecemos por “marxismos de manuais”. Isso porque este processo não se deu com o contato

à fonte de obras marxistas originais, mas de comentadores. Netto (2011) aponta ainda que essa aproximação teve cunho ideo-político, configurando-se como uma situação explicitamente instrumental. Ainda, segundo o mesmo autor, o processo de aproximação aconteceu de forma seletiva, dando maior importância para o caráter prático político em diminuição da importância crítico-analítica.

A profunda importância do processo de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista reside no fato de que é um acontecimento resoluto para o rompimento, no sentido da teoria e da prática (sem fazer alusão à separação entre estas duas dimensões), do Serviço Social com o tradicionalismo. Segundo Iamamoto (2007), em alinhamento com Netto, as dificuldades desse processo de aproximação são muito sérias porque marcaram o Serviço Social, e suas repercussões podem ser observadas até os dias atuais.

Netto (1989) afirma os dois traços característicos da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, de um lado pela militância e de outro pelo marxismo cristão. Assim, firmou-se a ideia de que os profissionais de Serviço Social deveriam tomar um compromisso político cumprindo o que seria um papel social da profissão de um posicionamento entre classes.

Isso se revelou insatisfatório para as demandas da atuação profissional. Já a peculiaridade do marxismo cristão se revelou insatisfatória porque o pensamento da ala católica progressista, que ia tomando conhecimento do pensamento marxista, não se desvinculava da perspectiva humanista cristã, de que tratamos anteriormente. Alguns anos depois, esse tal marxismo cristão insistiria, agora na forma da teologia da libertação. Pinheiro (2010, p. 83) afirma que:

A mudança ou o processo de secularização vivido pelo serviço social vai além do modelo clássico. Em síntese, a cultura profissional avança nos anos de 1980 e, adotando a perspectiva da totalidade, consegue perceber que, ao adquirir novas formas, as contradições entre capital e trabalho exigem novos aportes teóricos. A literatura profissional não interpreta tal processo de racionalização sob o ângulo da secularização. Embora o serviço social tenha se adaptado à racionalidade capitalista e nela se consolidado, passa a ser movida a partir dos anos 1980, por um “projeto ético-político”, reafirmando o caráter objetivo de sua utopia por meio de uma escolha racional e materialista. Tal projeto significa um direcionamento crítico da formação profissional e das ações coletivas da categoria. Desenvolveu-se, com isso, uma capacidade de antever os desafios para a profissão de forma não mais endógena, mas acoplada a toda a classe que depende do trabalho. As causas de uma tal autonomia intelectual e política são as que geram as necessidades e mobilizam, por sua vez, a organização das demandas dos trabalhadores. Os assistentes sociais elaboram, a partir de então, uma solidariedade de classe

com o público que atende. Essa postura ética irá constituir um instrumento objetivo de formação e consolidação de valores.

Iamamoto (2007) tratou das aproximações insuficientes do Serviço Social para com a tradição marxista. Segundo a autora, essas aproximações problemáticas reduzem as obras marxistas e distorcem o real entendimento delas, daí que:

Apreciando tais caminhos teóricos, que moldaram o acercamento da Reconceituação aos múltiplos "marxismos", constata-se que o personagem mais ausente é o próprio Marx, em outras palavras: foi a aproximação a um marxismo sem Marx. O resultado foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos, dando lugar a uma "invasão, às ocultas, do positivismo no discurso do marxista do Serviço Social". Traço eclético potenciado por uma herança intelectual e política de salientes raízes conservadoras e positivistas, da qual o Serviço Social é caudatário e contra a qual se insurgia o movimento de reconceituação (IAMAMOTO, 2007, p 211 - 212).

É em meados do final dos anos 1970 para 1980, com a acumulação do processo de reconceituação, que o Serviço Social adquire condições de estar próximo, através de expoentes da tradição marxista como Gramsci, entre outras como Lukács e Heller. Com isso, a aproximação do Serviço Social com a teoria marxista passa a se dar propriamente através das obras de Marx, segundo os autores que tratam desse tema¹⁴, permitindo um avanço teórico crítico até os dias atuais.

Conforme Amaro (2013, p. 54):

Não se trata apenas de uma evolução de referência quantitativa. A legitimação profissional tem se manifestado qualitativamente, de diferentes formas. A primeira delas diz respeito ao conteúdo instrumental, técnico e específico que distingue a profissão das demais que atuam na sociedade. O *ethos* do assistente social se expressa, sobremaneira, na forma como aborda as questões sociais e no modo como atua as políticas sociais e espaços de trabalho em que se insere na maneira como organiza seu discurso profissional e dialoga com as demais áreas de conhecimento com quem interage, bem como nas mediações que articula e se plasma à complexidade da vida social.

¹⁴Em relação à afirmação de que a partir da década de 80 a aproximação do Serviço Social com a teoria marxista passa a se dar propriamente através das obras de Marx, faço uma ressalva, não se pode afirmar isso de modo completo e geral, uma vez que, no meu próprio processo de formação, li intérpretes, ótimos intérpretes, mas intérpretes. Não sei até que ponto estamos defendendo uma maestria no processo de formação, em relação às obras marxistas, que talvez não exista desta forma.

Uma grande expressão dessa evolução pode ser observada nos três importantes documentos que norteiam o exercício profissional atualmente: o projeto ético-político que é embasado no vigente Código de Ética e tem a liberdade como valor ético central, “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 2012, p.23); as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS que estabelece o perfil do profissional de Serviço Social como:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1999, p.1).

e lei 8662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil. Com isso, é cravada a certeza de que,

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente. A dinâmica desse processo que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da Introdução reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”, e afirmação de um novo perfil do/a técnico/a, não mais um/a agente subalterno/a e apenas executivo/a, mas um/a profissional competente teórica, técnica e politicamente (BRASIL, 2012, p. 19-20).

Tais documentos consolidam um caminho com vistas a uma compreensão de cunho político, um verdadeiro e claro compromisso com a classe trabalhadora com vistas à garantia dos direitos sociais humanos e políticos.

Neste caminho, é visível que a categoria profissional toma os rumos da posição por um Estado laico e faz isso a partir de si.

Em 2012, por exemplo, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS publicou a resolução n. 627 que trata da “vedação e utilização de símbolos, imagens e escritos religiosos nas dependências dos conselhos Federal e Regionais de Serviço Social”. Ainda, conforme será comentado adiante, em 2016, a primeira edição do CFESS manifesta tratou da referida temática.

Desse modo, é observável que tal problemática, a qual trazemos nesta pesquisa, tem sido objeto de ação e discussão das nossas instâncias regulatórias; o assunto não tem passado despercebido, e tal movimento do conjunto CFESS/CRESS pode ser encarado como um passo importante na luta histórica em prol do rompimento com o conservadorismo religioso e busca de uma profissão verdadeiramente crítica.

4 ANÁLISE

4.1 ENCONTROS E DESENCONTROS AO LONGO DO PROCESSO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada durante o período de duração do curso de mestrado. Tal pesquisa foi proposta como uma pesquisa de continuidade, tendo em vista a atuação da autora, desde o ano de 2009, em grupos de trabalho e pesquisa sobre o referido tema.

A atividade de pesquisa sobre este tema desde o período citado, em estudos aprofundados com o objetivo de compreender a temática da religião e religiosidade atrelada ao surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, bem como a presença da religião e religiosidade no exercício profissional de Assistentes Sociais, acaba permitindo que alguns pontos, a título de simples balanço, possam ser pensados.

Desde 2009, a pesquisa sempre ocorreu no Estado do Paraná, e nas universidades das quais fiz parte, os sujeitos da pesquisa até aqui foram profissionais atuantes neste Estado.

É importante informar que a temática proposta para esta dissertação causa, e sempre causou, certo distanciamento e medo dos profissionais em participar cedendo as entrevistas. Desta vez não foi diferente. Por diversas vezes, após eu ter apresentado o teor da pesquisa, os profissionais deixaram de fazer contato, sinalizando, ainda que não de forma explícita, que não se sentiam à vontade para falar do assunto.

Desde 2009, é possível sentir, por parte dos profissionais que aceitaram ceder entrevistas ou responder questionários, considerável desconforto ao falar sobre o tema da religião e religiosidade relacionado com o período de escolha do curso, de formação e do exercício profissional desses sujeitos. É possível identificar que a pesquisa adentra em um campo de tensão quando se fala na temática proposta.

Essa tensão acaba por compor o rol de dificuldades que um pesquisador tem em coletar os dados e descobrir as impressões dos profissionais sobre o tema. Apesar das dificuldades, é unânime entre os participantes em todos os anos de pesquisa a referência de que a temática proposta e profunda análise é, além de interessante, nas palavras dos próprios sujeitos, urgente e necessária ao campo do conhecimento do Serviço Social.

Tal importância tem sido validada nos últimos tempos com algumas pesquisas – umas mais desenvolvidas, em âmbito de pós-graduação, outras mais tímidas, ainda realizadas por alunos de graduação – que têm sido apresentadas e, posteriormente, com artigos que têm sido

publicados em revistas e outros materiais que podem ser encontrados em anais de eventos. Fato é que há pouquíssima produção sobre o tema e, por óbvio, enorme dificuldade em encontrar material bibliográfico.

Em busca de material sobre o tema, foi possível encontrar dois *livros*, o de José Pedro Simões Neto (2005) “Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil / Inglaterra”, e o de Luci Faria Pinheiro (2010) “Serviço Social, religião e movimentos sociais. No caso de Simões Neto, sua pesquisa traz uma análise sobre a política de assistência social no Brasil e, para além disso, problematiza a questão da religião no interior desta categoria profissional, uma vez que identifica seus agentes profissionais encarando como uma missão. O pesquisador demonstra, como temos visto desde que iniciamos a pesquisa nesta temática, que o desejo da ajuda ao próximo, declarada por parte da grande maioria dos profissionais sujeitos da sua pesquisa (bem como da nossa), faz com que a mobilização de valores seja muito maior do que a de conhecimentos técnicos por parte dos profissionais de Serviço Social.

Foi possível encontrar também alguns *artigos*, um de autoria de Paulo Wesley Maria Pinheiro (2015) “Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional”, resultado de dissertação de mestrado do autor; outro de autoria da própria autora deste trabalho em conjunto com outros dois autores, “A relação entre manifestações religiosas e o exercício profissional dos assistentes sociais: um estudo das contradições e possibilidades no norte do Paraná.” (2016). Encontramos ainda dois *artigos* que analisaram a temática da religião entre alunos de cursos de Serviço Social em Universidades Públicas, um deles é de Pedro Simões Neto (2007) “Religião e Política entre alunos de Serviço Social (UFRJ)”; outro de Tiemi Mori, resultado de seu trabalho de conclusão de curso de graduação na UEL. Uma dissertação de mestrado, de autoria de Graziela Ferreira Quintão (2012), intitulada “A questão da Religião no Trabalho do Assistente Social. Fragmentos da realidade na Região dos Lagos, Rio de Janeiro”, também foi encontrada. Outros dois trabalhos de conclusão de curso defendidos na UEL trataram da temática religiosa entre Assistentes Sociais e estudantes, um de autoria de Susana Kobayasi (2012) “Religião e Serviço Social: As manifestações religiosas dos estudantes no cotidiano da sala de aula” e outro de autoria de Regiane Souza (2016) “A Presença da Religião e de Valores e Princípios Religiosos no Exercício Profissional do Assistente Social”; finalmente, localizamos de Juliana Aguiar Santana (2010) “Assistentes sociais e religião: um estudo sobre os impactos da religiosidade no exercício profissional do assistente social na contemporaneidade”, trabalho de conclusão de curso de graduação.

É de suma importância salientar que, apesar da dificuldade de encontrar disponibilidade de materiais sobre o tema, é possível verificar um movimento, em âmbito ético, do conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social em tratar diretamente sobre o tema em oficinas e por meio de publicações como o “CFESS Manifesta”, que na primeira edição de 2016 levou o título de “CFESS se manifesta: Estado laico já¹⁵”.

A dificuldade (característica do processo) em falar do assunto e encontrar material difundido sobre a temática nos leva a buscar nos clássicos a compreensão de tal temática encarando-a como um fenômeno social que até os dias de hoje traz os rebatimentos de um Estado carregado de um ranço conservador, tendo em vista seu processo de formação, uma vez que essa profissão não está fora da sociedade, assim como qualquer outra profissão; os resultados conservadores podem ser observados ao longo do processo de formação e exercício dos profissionais.

Esta pesquisa, em âmbito de mestrado, permitiu um avanço na compreensão do fenômeno estudado, que foi dado graças à dedicação aprofundada do estudo dos clássicos, chegando à luz do entendimento de que aquilo que estamos chamando aqui como alienação religiosa – não simplesmente a opção religiosa de um ou outro profissional – é uma característica que, justamente, se dá no processo de trabalho, elemento fundante do ser social, bem como tendo em vista a sociedade conservadora¹⁶ em que vivemos e atuamos profissionalmente.

Assim, adiante, serão apresentados os dados da pesquisa, obviamente com o filtro necessário com o intuito de que a análise sobre a presença da alienação religiosa no trabalho dos Assistentes Sociais possa ser demonstrada. Nunca é demais lembrar que a pesquisa é sempre algo inacabado e, às vezes, parece obsoleta, o movimento de ir e vir da sociedade nunca nos permite concluir, definitivamente, um estudo sério sobre alguma temática.

¹⁵ <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1237>

¹⁶ Leila Escorsim Netto, em seu estudo “O conservadorismo clássico” (2011), destaca a emergente menção a “reatualização do conservadorismo” ou ao “neoconservadorismo”, afirmando um elo de continuidade com aquele conservadorismo que se fez na gênese e consolidação do Serviço Social, bem como em suas concepções tidas como neoliberais.

4.2 MANIFESTAÇÕES SOCIORRELIGIOSAS DE ASSISTENTES SOCIAIS E SUAS REPERCUSSÕES IMEDIATAS NAS PRÁTICAS LABORAIS DO TEMPO PRESENTE AO OESTE DO PARANÁ

Ao comentar o livro de Simões Neto “Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil / Inglaterra”, na contracapa do livro, José Paulo Netto (2005) reconhece a importância e necessidade de que a presente temática sobre religião seja tratada quando vamos versar sobre o exercício profissional de Assistentes Sociais, o autor afirma que,

A análise do Serviço Social, enquanto prática profissional, não pode marginalizar o estudo do universo ideocultural que parametra, em maior ou menor medida, o desempenho do sujeito técnico – vale dizer do assistente social. Neste universo, a esfera da religiosidade (ou, menos frequentemente, da superação da carência religiosa) constitui componente).

Sabemos que a ideia da ajuda está marcada na imagem social que se fez ao longo dos anos sobre os profissionais de Serviço Social, em uma via de mão dupla, tanto por parte dos próprios profissionais, que por vezes escolhem ingressar em um curso superior de Serviço Social pela célebre imaginação de que vai “ajudar as pessoas”, quanto das pessoas as quais comumente denominamos de “usuários dos serviços”, que enxergam nos Assistentes Sociais profissionais que vão ajudá-los no sentido da caridade, tal imagem não se construiu à toa, mas por tudo que já foi dito até aqui, conforme ilustra Amaro (2013, p. 21): “Alheio e estranho ao ‘produto’ de sua prática, ao passo que aprisionado pelos tentáculos da alienação, o Assistente Social permaneceu, ao longo de pelo menos três décadas, percorrendo em esferas ilusórias o caminho definido por sua consciência ingênua”.

A socióloga Maria Alice Resende de Carvalho (2005), ao comentar o livro de Simões Neto na orelha do livro, também considera essencial que o tema aqui proposto, bem como proposto na pesquisa do referido autor do livro, seja pesquisado ao dizer que:

Há vínculos inextricáveis entre a temática religiosa e o Serviço Social; a qualificação profissional do assistente social permanece em segundo plano, quando se trata de uma relação pautada no desejo de ajudar o próximo, mobilizando valores, mais do que conhecimentos técnicos; a de que a formação das novas gerações de profissionais tem incidido na reiteração desse quadro, malgrado o fato de que intelectuais qualificados do Serviço Social brasileiro privilegiem a construção de valores políticos e cívicos em detrimento dos religiosos; e a de que noções como reconhecimento e

identidade cultural, presentes na agenda crítica da modernidade, deverão ser incorporadas pela assistência social contemporânea, dadas as exigências postas pela clientela atendida.

Nesse sentido, podemos dizer que, mesmo depois de anos de profissão e de episódios tão importantes como o movimento de reconceituação e a aproximação do Serviço Social com a tradição Marxista, é possível perceber que a alienação religiosa, nos termos que vimos tratando nesta pesquisa, se faz presente como uma das formas de alienação no trabalho de Assistentes Sociais; em alguma medida, todo o panorama histórico em que surge e se desenvolve o Serviço Social no Brasil se faz propício a isso e, em outra medida, o próprio processo de trabalho alienante¹⁷, além disso, como será possível compreender, ao longo da exposição dos dados das entrevistas, a formação religiosa dos profissionais também se constitui em elemento bastante importante para a manutenção do vínculo religioso, expresso no exercício profissional, bem como a nossa própria formação conservadora e moralista. Assim, conforme Bonfim (2015, p. XVI),

Afirmamos que a particularidade da nossa formação social, com sua tendência ao conservadorismo moral e o peso das relações sociais reificadas, reatualizam práticas conservadoras no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, tensionando o projeto ético-político da categoria. Os profissionais de serviço social trazem consigo valores da nossa formação sócio-histórica e que, muitas vezes, vão de encontro aos princípios éticos norteadores da profissão. Além da peculiaridade da nossa formação, a sociabilidade do capital repõe e aprofunda valores que se confrontam com o projeto profissional dos assistentes sociais.

Em alguns anos de pesquisa sobre essa temática, foi possível observar que, mesmo depois de passarem pelo processo de formação nos cursos de Serviço Social, os profissionais mantinham traços de uma escolha e uma atuação com forte vínculo religioso. Na verdade, a observação e pesquisa mostraram que, diferente do que muitas vezes se suspeitou, os profissionais têm mantido como que em igualdade a existência daquilo que receberam no processo de formação e aquilo que já traziam de traços religiosos, não rompem com o aspecto

¹⁷ Para Martinelli (1989, p. 6) “no caso de a trajetória histórica ter impedido o desenvolvimento da consciência social dos agentes, saber como a alienação penetrara tão fortemente no interior da categoria profissional, permitindo que o fetiche da prática aderisse firmemente a ela, chegando a transfigurá-la dando-lhe a conotação de uma prática alienada, alienante e alienadora, enclausurada nas instituições e distanciada da luta de classes” é um desafio para esta categoria profissional.

alienante em sua característica religiosa e recebem traços da formação em sua forma crítica, no entanto, conforme Silva e Dutra (et. al., 2016, p.427):

É consenso que desde a década de 1980 a formação profissional de assistentes sociais não pode estar vinculada a abordagens religiosas ou proselitistas. Como podemos constatar, não há mais o entendimento de que valores e princípios religiosos devam ser a base para a formação profissional dos bacharéis em Serviço Social.

Compreende-se que o avanço crítico conquistado pelo Serviço Social ao longo dos anos de história alterou o perfil dos profissionais, valorizando e fortalecendo a categoria profissional, conforme aponta Amaro (2013, p. 56):

Esse movimento expansivo e progressivo se deve a vários fatores. Um deles é a superação do conservadorismo profissional, que aproximou e fortaleceu as relações do Serviço Social com amplos setores da população, sobretudo as classes subalternizadas – repercutindo em uma substancial valorização e reconhecimento do trabalho profissional, visto que ele passou a ser agente importante, e em certos casos indispensável, nos processos de planejamento, monitoramento, avaliação e gestão de programas e projetos sociais junto a diferentes setores (governamentais ou não, de direitos, cooperativas de serviço, empresas ou fundações que operam programas de responsabilidade social, etc.).

Através de alguns dados obtidos pela pesquisa empírica, será possível observar como os profissionais de Serviço Social se socorrem da sua fé cotidianamente no exercício de seu trabalho profissional, fazendo desta sua mediação cotidiana em face das dificuldades e incertezas profissionais, e como a noção de ajuda e missão fundamenta a escolha da profissão e o fazer cotidiano no enfrentamento das mais diversas problemáticas com que lidam esses profissionais.

As entrevistas foram realizadas com cinco Assistentes Sociais mulheres, que atualmente atuam na rede sócio assistencial da região Oeste do Paraná, especificamente nas políticas de Assistência Social e Saúde e na temática da violência contra as mulheres. O processo de seleção das profissionais foi um pouco dificultoso, isso porque, a pesquisadora passou a residir na região oeste do Estado do Paraná por ocasião do mestrado, de modo que não conhecia as profissionais.

Assim, com a indicação do professor orientador, a pesquisadora entrou em contato com a secretaria de assistência social de um dos municípios da região oeste, de modo a buscar

nomes, contatos e instituições em que havia Assistentes Sociais trabalhando. A partir disso, iniciou-se um processo de contato e aproximação com esses profissionais com a finalidade de apresentar a pesquisa e propor a participação delas na entrevista.

Esse caminho teve muitas dificuldades, no decorrer, me deparei com uma faculdade privada, em um dos municípios da região oeste, em que há uma pós-graduação a nível de especialização sobre Serviço Social, os alunos são majoritariamente Assistentes Sociais em exercício na região oeste do Estado do Paraná. Fiz contato com a coordenação deste curso e apresentei minha pesquisa aos profissionais. Com alguns contatos anteriores na secretaria de assistência social e o contato com este curso, estava dada a amostra de 5 Assistentes Sociais desta pesquisa.

Todas as entrevistadas afirmaram possuir um vínculo religioso de família anterior ao processo de formação profissional, além de algumas condições objetivas de vida, como a disponibilidade de alguma faculdade de Serviço Social próxima às suas residências e as condições materiais para permanência em um curso de nível superior. As profissionais apresentaram como motivação para escolha da carreira a ideia de “ajuda ao próximo”, conforme é possível verificar nos trechos seguintes:

A noção do uso da fé, do recurso ao sobrenatural ou metafísico pode ser observada na resposta desta entrevistada quando narra uma situação de dificuldade em seu cotidiano profissional com crianças:

[...] a gente não tinha, muitas vezes, o que fazer. Na verdade, era muitas vezes destituir e **colocar o joelho no chão e pedir** uma família que viesse e quisesse aquela criança para chamar de sua da forma como ela precisava (ENTREVISTA A, 2017).

É compreensível que a profissional espera não das condições objetivas sobre o caso em que se debruça profissionalmente, mas de um ser superior, que é necessário “colocar o joelho no chão”, ou seja, é necessário a dor e o estabelecimento da comunicação com o divino para que a criança em tela tenha uma nova família. Em momento algum a profissional faz referência às características e condições da criança para a adoção, tampouco uma análise real sobre a fila de famílias cadastradas para adoção e a fila de crianças a serem adotadas, por exemplo.

Como dissemos, sobre o perfil das profissionais entrevistadas, além de serem todas

do sexo feminino, todas se formaram com base no documento “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social” proposto em 1996 pela ABEPSS. Tal documento apresenta alterações no currículo anterior, tendo como compreensão a análise das transformações societárias que exige também mudanças no processo de formação profissional, como é possível observar no trecho que segue:

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. Por esta razão, é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos 90, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir. Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial (ABEPSS, 1996, p. 5).

Com exceção de apenas uma profissional, todas foram formadas por instituições de ensino no Estado do Paraná, entre instituições públicas e privadas. Todas desempenham seu trabalho atualmente na política de Assistência Social, em diferentes instituições, como por exemplo, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Centro de Atendimento a população de rua, etc.

Apenas uma das profissionais declarou participar como afiliada de um partido político, as outras não têm participação, tampouco demonstraram interesse. Apenas uma profissional declarou participar de sindicato em relação ao seu vínculo empregatício, as outras declararam não participar de associações, sindicatos ou outros movimentos sociais. Em relação à participação em conselhos de direitos, uma das profissionais afirmou ser presidente de um conselho, ou seja, participa como membro. As outras profissionais declararam participar das reuniões dos conselhos, majoritariamente assistência social e direitos da criança e do adolescente, mas não como membros.

Em relação à participação política em entidades profissionais, as entrevistadas reconheceram como participação a presença em reuniões e atividades promovidas pelo Núcleo

do Conselho Regional de Serviço Social – NUCRESS de sua região. No entanto, esse NUCRESS passa por um período de poucas atividades e pouca adesão profissional, de modo que a participação profissional se torna esporádica e dificulta encaminhamentos concretos deliberados nos encontros.

Se, de um lado, a participação política das profissionais demonstra-se escassa, de outro, a participação e noção de pertencimento religioso atinge a totalidade dos sujeitos da pesquisa¹⁸. A maioria das profissionais (4), neste caso, declarou ser de alguma denominação religiosa evangélica. Esse dado contraria o que geralmente foi encontrado nas pesquisas sobre essa temática, o fato de a grande maioria dos sujeitos se declarar católico. No caso desta pesquisa deve-se levar em conta que o número de profissionais entrevistadas é baixo, no entanto, não há que se desconsiderar que, de fato, o Brasil passa por um reordenamento religioso significativo, de modo que as denominações evangélicas vêm ganhando espaço e preferência sobre o catolicismo. Simões Neto (2005, p. 84 e 85), em sua pesquisa, indica que os Assistentes Sociais eram de “famílias de tradição religiosa”, que “a religião é um elemento importante, começando por verificar se os Assistentes Sociais tiveram em seus familiares a referência de pessoas religiosas”. Além disso, a religião pode ser encarada como um “importante elemento de socialização e um importante código de conduta a ser transmitido aos descendentes”.

Em nossa pesquisa, a afirmação da família religiosa e formação religiosa das profissionais entrevistadas também foram observadas, como é possível verificar nos trechos que seguem:

A minha mãe sempre trabalhou dentro da Igreja com as pessoas mais pobres, embora nós também viemos de uma vida pobre. A RCC, por exemplo, tinha um ministério que se chamava Marta, que era o que fazia as sopas para as pessoas se alimentarem e a minha mãe era quem coordenava. Então eu acho que esse perfil da minha mãe de olhar para o outro de uma forma diferenciada e de enxergar no outro o outro também me influenciou a permanecer. Porque a ida foi muito objetiva, mas a permanência teve muita influência do

¹⁸ A pesquisa sobre o perfil profissional dos Assistentes Sociais no Brasil, realizada através de convênio firmado entre o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, demonstra bem a adesão desses profissionais a esses tipos de valores. Os dados da pesquisa demonstraram uma variedade de religiões apontadas pelas (os) Assistentes Sociais, ainda que a religião católica seja majoritária (com 67,65%), seguida pela protestante (com 12,69%). Importante salientar que esses dados não demonstram somente o vínculo formal a um tipo de religião, mas principalmente a vivência desses pressupostos, ou seja, quando interrogados acerca da condição religiosa, 76% responderam que são praticantes de alguma religião, e apenas 24% disseram não. O número de praticantes sobe para 86,21% no Centro-Oeste e desce para 69,57% no Sul. Não estamos questionando aqui a opção religiosa desses profissionais, até porque a liberdade religiosa faz parte das conquistas democráticas. A nossa preocupação refere-se aos limites estabelecidos (ou não) por eles, entre valores pessoais e profissionais na intervenção profissional (CFESS, 2005 apud. BONFIM, 2012, p. 119).

comportamento da minha mãe, e claro que tem viés religioso porque ela é religiosa (ENTREVISTA A, 2017).

Eu acho que o ser humano quando é criado com alguns valores de família, esses valores que a gente comentou, do pensar no outro, do ajudar o outro, valores até religiosos e alguns valores de família também né. Minha família nunca foi tão religiosa, mas tinha seus valores (ENTREVISTA B, 2017).

Robert Nisbet (1982, p. 167) afirma que “a religião ocupa o terceiro lugar, entre as formas mais fundamentais e universais de comunidade do homem ocidental. A vinculação religiosa demonstrada pelas profissionais nas entrevistas revela, como em outras pesquisas realizadas, que o vínculo religioso com uma determinada Igreja, em uma determinada localização configura-se numa das formas de comunidade mais importantes, no sentido de fazer sentido para as pessoas, porque se sentem pertencentes e acolhidas por um grupo, socializam ali seus anseios e dividem também suas conquistas com um grupo que, em alguma medida, se importa. Além disso, a comunidade religiosa é encarada pelos profissionais desta pesquisa como uma rede de ajuda mútua para o enfrentamento de questões relacionadas à violência e à dificuldades financeiras e de provimento dos mínimos necessários para a sobrevivência do núcleo familiar, como é possível observar na fala da profissional:

[...] querendo ou não a gente tem uma rede de apoio filantrópica que parte da igreja, as igrejas elas ajudam seus membros na questão das necessidades mínimas, cesta básica, roupa, às vezes água e luz está cortada e os irmãos ali eles se organizam e pagam para aquela pessoa, doação de roupas, ajuda sim, ela tem essa capacidade de organizar esse movimento para amenizar essa situação. Eles resolvem (ENTREVISTA D, 2017).

No mesmo sentido, não é incomum encontrar narrativas de profissionais que indicam que o cotidiano profissional é sempre muito duro e difícil, seja pelas condições objetivas de trabalho ou pelas especificidades que chegam todos os dias, ou seja, as expressões da “questão social”. Com isso, se percebe que o profissional acaba ficando esgotado, o profissional é “engolido” pelo cotidiano profissional e termina perdendo de vista as possibilidades para uma atuação crítica e eficaz, assim, acaba utilizando como recurso a sua fé, o que é possível identificar nos trechos que seguem:

Eu acho que às vezes a gente **precisa se apegar a algo para se fortalecer**, principalmente trabalhando nas áreas que a gente trabalha, não é fácil, tem dias que você não se aguenta (ENTREVISTA A, 2017).

Eu busco, às vezes, quando é muito pesado o caso, forças. **Me dê forças** para resolver [...] (ENTREVISTA D, 2017).

Eu, se alguma vez eu me sinto muito mal, assim, não vou dizer que de repente, “olha preciso de força para conseguir aguentar determinada situação”, energia, **me dê energia**, mas, para resolver, me dê condições para resolver (ENTREVISTA C, 2017).

Esses trechos demonstram algum nível de carência e necessidade que os profissionais estariam buscando suprir em um ser superior. As pesquisas de Quintão (2012) e de Silva e Dutra et. al. (2016, p. 428 e 429) também identificaram tal carência nos depoimentos dos profissionais entrevistados. Silva e Dutra, por exemplo, comentam em sua pesquisa que,

Em muitas ocasiões, dada a complexidade das demandas sociais que chegam aos profissionais, as situações estão além de seu alcance ou dos poucos recursos disponíveis nas políticas sociais para resolvê-las ou, ainda, envolvem aspectos da vida social que ultrapassam as normas institucionais ou os parâmetros profissionais, como, por exemplo, o cuidado em saúde, a morte, questões de ordem afetiva, dentre outras.

Fica evidente, nos trechos destacados, que a fé está presente como um elemento mediador na relação de trabalho dos Assistentes Sociais. A crença em algo ou alguém superior se apresenta como uma necessidade para o trabalho cotidiano, sem a qual não seria possível trabalhar e “resolver” as questões com as quais devem lidar nas mais diferentes áreas em que atuam. Segundo Batista (2014),¹⁹:

Os Assistentes Sociais, nos espaços sócio-ocupacionais e no trabalho profissional, face às dificuldades encontradas em colocar em movimento os procedimentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos que conduzissem a uma intervenção inclusiva, ontológica e crítica, **estão restaurando práticas conservadoras** (grifo meu).

Não têm conseguido se antecipar aos fatos, ou pelo menos acompanhá-los, **encontrando seu maior obstáculo nos referenciais conservadores, fincados na base das relações profissionais desde a sua origem**. Esses referenciais vêm apresentando inovações restauradoras por meio da cultura pós-moderna (p. 174, grifo meu).

Com isso, percebemos certo dilema vivenciado pelos assistentes sociais cotidianamente em seus espaços de trabalho. Pontes (2015, p.130 e 131), ao analisar a questão

¹⁹ Fragmento contido na quarta-capa.

da singularidade no trabalho do assistente social, identifica as situações cotidianas que devem enfrentar estes profissionais e afirma:

O assistente social, devido a sua peculiar inserção social, se coloca em contato com várias realidades, que aparecem no plano da *singularidade*, na forma de situações problemáticas isoladas, de tipos individuais, familiares, grupais e/ou comunitários. Neste plano, o assistente social na intervenção profissional é tomado de assalto por uma forma de demanda que se dá na imediaticidade da aproximação institucional, que é a demanda institucional, aqui entendida como a representação da requisição de resultados esperados dentro de objetivos organizacionais, em consonância com o perfil ideológico organizacional. A *demanda institucional* aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, parametrada por objetivos técnico-operativos, metas e uma dada forma de inserção espacial (bairro, município, etc.), pragmática (divisão por projetos ou área de ação) ou populacional (criança, idosos, migrantes, etc.). Numa palavra, a demanda institucional aparece peiada à imediaticidade, com um fim em si mesmo (grifos do autor).

Reforçamos tal afirmação com mais alguns trechos das entrevistas realizadas para esta pesquisa:

Porque **a gente precisa acreditar em algo**. Ter fé, às vezes, no **superior**, porque isso às vezes nos dá coragem para correr atrás de algumas coisas, buscar algo (ENTREVISTA A, 2017).

Você se utiliza da fé para você conseguir, como eu faço, pessoalmente, para mim me dar um ânimo, tudo para correr atrás, assim, tudo o que eu tenho de conquistas eu busco muito isso na fé que eu tenho em Deus (ENTREVISTA B, 2017).

Eu acho que a gente tem que ter fé. A fé, no meu eu particular, a fé é muito importante para minha vida. Pedir sabedoria, na verdade. Eu acho que é mais sabedoria para lidar com as situações, mas sabedoria é uma coisa que você tem que buscar na prática (ENTREVISTA E, 2017).

A fé utilizada pelos profissionais Assistentes Sociais como recurso para o manejo com as questões postas pelo cotidiano profissional se constitui em uma forma de estes profissionais estabelecerem uma relação de suas vivências religiosas com a prática profissional que desenvolvem. Simões Neto (2005), assim como nós em nossa pesquisa, reconhece que a fé tem se apresentado como um ponto de destaque que vem ganhando notável centralidade no cotidiano de trabalho dos profissionais que desempenham a função de Assistentes Sociais. Isso porque as entrevistas revelaram que o compromisso religioso é tido como uma base fundamental para o compromisso profissional, para o bom desempenho do trabalho.

Simões Neto (2005, p. 166), nesse sentido, chama atenção para o fato de que os Assistentes Sociais compreendem, conforme demonstra a pesquisa, a religião como uma necessidade e não como um fenômeno social. Com isso, fica claro que “a prática profissional não é imune à fé de seus profissionais”. O autor também mostra que a fé, do mesmo modo, se constitui como um elemento que pode ser interpretado como qualificador do trabalho profissional, tendo em vista o esforço que a fé traz para o desenvolvimento do trabalho, bem como, da esperança, vamos dizer assim, que o profissional emprega na resolução das questões com que lidam. Assim, conforme Simões Neto (2005, p. 167): “para muitos Assistentes Sociais, a fé religiosa que eles detêm não é um elemento estranho à prática assistencial, nem tampouco vivido, exclusivamente, em âmbito privado: ela contribui com o sentido e com o conteúdo próprio da ação assistencial desenvolvida”.

Além da carência que a nós parece acometer os Assistentes Sociais em seu cotidiano profissional, levando-os a busca de algo que, então, apresente algum tipo de suprimento para isso, outro elemento bastante peculiar e importante foi encontrado em nossa pesquisa, a necessidade de certa complementaridade entre atividades religiosas e voluntárias para com o trabalho profissional. Tal necessidade do profissional Assistentes Sociais vem contribuindo, afirmamos isso com base em todos os anos de pesquisa sobre o tema, mesmo que em pequena medida ou não de forma direta, para o desempenho do trabalho profissional ser associado com uma imagem religiosa.

Sobre essa associação entre trabalho religioso e voluntário com o exercício profissional, Simões Neto (2005, p. 164 e 165) nos mostra que:

A percepção da possibilidade de complementaridade entre trabalho profissional e voluntário/religioso é um dos fatores que permite a imputação, pelos profissionais da assistência, de sentido religioso para a prática assistencial. Assim, as crenças religiosas dos assistentes sociais deixam de estar restritas à esfera privada e terminam por influenciar a ação desenvolvida.

Essa situação revela que não há rompimento entre os elementos religiosos que fazem parte da formação dos Assistentes Sociais e da formação profissional que receberam esses profissionais, é possível perceber a complementaridade a que fizemos referência e a ausência de rompimento no seguinte trecho da entrevista realizada para esta pesquisa:

[...] a pastoral tem uma mistura de você querer fazer um **atendimento profissional**, na defesa da mortalidade infantil, na defesa da criança desnutrida, mas ela não consegue..., não é feito isso de uma forma profissional, mas em um **viés da caridade**. Porque no final do ano eles recebem roupas, calçados, alimentos, por terem participado todos os meses do ano das atividades (ENTREVISTA A, 2017, grifo meu).

Eu vejo mais como uma questão, às vezes em um **trabalho voluntário que você se coloca a disposição para fazer**, então eu vejo mais pela questão da religião, da crença mesmo para você acreditar que deve sim, **ajudar o outro para que você também se sinta muito melhor** (ENTREVISTA C, 2017, grifo meu).

Então às vezes o fato de você mesmo parar para conversar com Deus e falar, você acha as respostas, pensar, falar, colocar toda aquela questão também em oração e tal, você já está, de repente, vendo ali uma resposta, está refletindo sobre aquilo. *Podemos dizer que parece que algum momento nossos instrumentos de trabalho são insuficientes e aí buscamos no divino algo que não tem a resposta que não estamos encontrando?* Em muitos momentos, a gente busca sim no divino (ENTREVISTA B, 2017, grifo meu).

Em uma das entrevistas realizada no ano de 2009 para o trabalho de conclusão de curso de graduação na UEL, esta pesquisadora ouviu de uma assistente social que ela lamentava de mais o fato de não existir uma Igreja na frente da instituição em que ela atuava, assim, ela poderia complementar imediatamente o trabalho profissional “encaminhando” a pessoa para a Igreja (no caso, evangélica). Com isso, percebemos que os profissionais dedicam-se com certo afincamento para que seus valores e ensinamentos religiosos não se percam em detrimento de um exercício profissional laico e crítico, o que pode ser verificado na seguinte fala: “Então assim, pra mim não foi um problema, eu consegui conciliar bem, mantendo a minha fé, que a minha fé não é uma questão de religião, mas eu creio em um ser superior, que é Deus e eu consegui manter” (ENTREVISTA C, 2017).

É possível compreender uma estratégia operativa dos profissionais de Serviço Social, no entanto, é necessário se atentar ao fato de que vivemos em um país laico cujas repartições públicas estão cheias de cruces ou imagens santas, além disso, somos um Estado laico cuja legislação permite cooperação com Igrejas se provado o interesse público. Além disso, em diversos lugares, a nível municipal, estadual e federal, as políticas públicas estão ausentes ou são ineficientes, de modo que as instituições religiosas, por vezes, contribuem, quando não são a única rede de serviços disponíveis.

O autor Simões Neto (2005, p. 165) demonstra clara preocupação com essa complementaridade e não ruptura entre trabalho voluntário/religioso e trabalho profissional, o autor afirma que,

Este ponto de conexão entre a religião e o Serviço Social é de vital importância, para a **manutenção dos vínculos de continuidade da religião, na profissão**. [...] Esta complementaridade permite que haja uma falta de clareza do que é exclusivamente esfera do voluntariado, do que é a ação profissional. Esta ausência de fronteiras demarcadas, que se dá na própria definição do trabalho dentro das agências implementadoras, é um campo fértil para que valores e concepções, de ambos os lados, conversem e dialoguem em “pé de igualdade” (grifo meu).

Bonfim (2015) analisa, à luz da tradição marxista, que o caminho que percorreu e percorre o Serviço Social a fim da laicização tem enorme importância no processo de renovação do Serviço Social, consideravelmente em relação aos novos desígnios teórico- metodológicos que, a partir do processo de renovação, fundamentam esta profissão, no entanto, não são suficientes para “alterações significativas” em relação à forte influência que os valores cristãos têm na vida dos Assistentes Sociais. Podemos elucidar esse assunto com esta passagem de Marx (2010, p. 39, grifos do autor) que diz:

O estado pode, portanto, já ter se emancipado da religião, mesmo que a *maioria esmagadora* continue religiosa. E a maioria esmagadora não deixa de ser religiosa pelo fato de ser *religiosa em privado*. Porém, o comportamento do Estado, principalmente do Estado livre, para com a religião nada mais é do que o comportamento das pessoas que compõem o Estado para com a religião. Disso decorre que o homem se liberta de uma limitação, valendo-se do *meio chamado Estado*, ou seja, ele se liberta *politicamente*, colocando-se em contradição consigo mesmo, alterando-se acima dessa limitação de maneira *abstrata e limitada*, ou seja, de maneira parcial. Decorre, ademais, que o homem, ao se libertar *politicamente*, liberta-se através de um *desvio*, isto é, de um meio, ainda que se trate de um *meio necessário*. Decorre, por fim, que, mesmo proclamando-se ateu pela intermediação do Estado, isto é, declarando o Estado ateu, o homem continua religiosamente condicionado, justamente porque ele só reconhece a si mesmo mediante um desvio, através de um meio. A religião é exatamente o reconhecimento do homem mediante um desvio, através de um *mediador*. O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem. Cristo é o mediado sobre o qual o homem descarrega toda a sua divindade, todo o seu *envolvimento religioso*, assim como o Estado é o mediador para o qual ele transfere toda a sua impiedade, toda a sua *desenvoltura humana*.

Não raro, na linha do que vimos dizendo até aqui, a maior parte das profissionais entrevistadas para esta pesquisa admitiram como motivação para a escolha do curso de Serviço Social o desejo de “ajudar”. Sobre isso, Mota (2008, p. 146), comenta que:

[...] não se pode esquecer que o trabalhador geralmente qualifica a prática do Serviço social como uma forma de “ajuda”, no sentido restrito de minorar dificuldades sem alterar situações. Além disso, apesar de essa ajuda ter utilidade real para si e sua família, o trabalhador a percebe também como vantagem para a empresa, pela sua eficácia na manutenção e aumento da produtividade da força de trabalho.

Cada uma das profissionais entrevistadas apresentou o seu contexto familiar e suas condições objetivas de vida e possibilidades de escolhas de outras carreiras, no entanto, o desejo da ajuda está no centro das declarações e escolhas, mesmo aquelas que em sua própria análise julgam que a escolha do curso foi, em suma, objetiva, apresentam diversos elementos de identificação com o fato de poder desempenhar uma função que vai ajudar, além disso, algumas tiveram contato com profissionais de Serviço Social que, mesmo não estando em atuação especificamente na política de Assistência Social, em que a questão da ajuda pode aparecer com mais afinco, se identificaram com a atividade profissional relacionando-a com alguma forma de ajuda; desse modo, é possível compreender que a ajuda, mais que um simples motivo para a escolha de um curso é um **valor** que se pode reconhecer como determinante, uma vez que é parte constitutiva do fazer profissional, como é possível observar nos seguintes fragmentos:

A resposta clássica: **porque eu queria ajudar os outros**. Eu acho que dificilmente alguém não entra. Então isso tudo foi o que mais me influenciou para entrar na faculdade. Não tem como dizer que não têm conotação religiosa aí, porque tem. Acredito que venha muita da religião essa questão de você ajudar o outro, de pensar no outro. (ENTREVISTA C, 2017, grifo meu).

Então de certa forma, às vezes, eu acredito que pode ser algo de religião que pode acabar despertando também uma questão do **querer ajudar** e você vai além²⁰ da questão profissional, eu vejo dessa forma, para você já ir para uma

²⁰ Bonfim (2010, p. 111) elucida que a questão da ideia da ajuda pode imprimir uma conotação de naturalização às expressões da “questão social”, de modo que ao trabalho dos **Assistentes Sociais** se exige desde sempre algo relacionado com o ajustamento social dos indivíduos, assim, segundo a autora, “uma das formas mais expressivas desse tipo de tratamento dado à “questão social” é através de ações moralizadoras. Não por acaso, valores como solidariedade, o altruísmo, a compaixão, a generosidade, são tidos como fundamentais no trato de tais expressões. Um exemplo claro disso encontra-se no estímulo à solidariedade cristã, já que essa serviu, ao longo do desenvolvimento capitalista, como elemento importante para justificar as relações desiguais da sociedade burguesa. Princípio fundamental da caridade concorrencial, na base das ações aos necessitados, isso porque as

questão mais pessoal de **ajuda ao próximo** (ENTREVISTA B, 2017, grifo meu).

Se, em determinadas questões durante essa pesquisa, algumas diferenças, umas maiores outras menores, foram notadas, o que foi identificado como comum a todas, como elo, foram os valores. Como dito, a ajuda, ainda até hoje, pode ser considerada como o valor mais expressivo e recorrente dessa temática. A ideia de ajuda ao próximo, de caridade, de respeito ao outro ou ao próximo²¹ e do exercício profissional como uma missão é um dos elementos mais importantes e significativos para a temática estudada.

Os valores citados são reconhecidamente religiosos e se demonstraram, como podemos identificar, importantes para o trabalho, como algo que o sustenta. Em face de toda a trajetória traçada pela categoria profissional em busca de uma profissão longe de aspectos conservadores, moralizantes e com conotação religiosa, expressos na evolução dos documentos que regulam a profissão, não podemos deixar de considerar que os valores religiosos têm importância porque servem de “parâmetro, definindo a ética da relação com o cliente ou usuário dos serviços sociais” (SIMÕES NETO, 2005, p. 168). Simões Neto (2005, p. 169), assim como nós, encontrou os valores em lugar central na sua pesquisa, e concluiu que a ética no sentido da convicção toma o lugar da ética no sentido da responsabilidade, de modo que “a identificação dos valores religiosos e a prática assistencial revela que esta última se peculiariza menos pela afirmação de técnicas e arranjos burocráticos eficientes, ou seja, pela racionalização de sua ação, e mais pela afirmação de seus valores”. Os fragmentos das entrevistas realizadas para esta pesquisa podem expressar o que estamos dizendo, nesses fragmentos os profissionais expressam quais valores estão presentes em seu cotidiano profissional:

[...] o próprio trabalho em si, eu acho que **é uma missão que eu tenho pra fazer**. Não sei, eu sinto isso e não, mesmo não sendo religiosa e acho que eu tenho que desenvolver essa minha missão aqui. **É uma questão de ajuda do outro**, da forma como eu penso que é, mas é uma missão. Porque eu poderia estar em qualquer outro lugar. É um sentimento que eu tenho que desenvolver

expressões da “questão social”, até então, eram tratadas de forma repressiva pelo Estado ou deixadas a mercê das iniciativas religiosas. Na atualidade, outro tipo de solidariedade fundamenta as novas formas de enfrentamento da questão social: uma solidariedade interclasses. Embora as ações de solidariedade ainda estejam, em grande medida, motivadas por razões de cunho religioso, as produções teóricas atuais sobre o tema tentam distinguir-se dessa perspectiva, que tem como pressuposto uma ética do dever (cristão), e analisá-las do ponto de vista da eficácia social, fundamentada agora por uma ética pragmática”.

²¹Em uma lógica cristã de amor ao próximo. Esse o próximo, sujeito que deve ser amado segundo os ensinamentos cristãos. ²⁰

isso, e eu gosto de fazer, eu gosto do que eu faço. Então, querendo ou não, acho que isso também tem um **cunho** de, não sei, meio que **religioso** (ENTREVISTA C, 2017, grifo meu).

Sobre a noção profissional do trabalho do Assistente Social como uma missão, Bonfim (2015) explana que a vocação posta como prioridade no trabalho marca o ethos profissional em sua origem, expressando suas características vocacionais e missionárias. Para a autora, a centralidade da vocação na escolha da carreira de Assistente Social não vem sozinha, mas carregada, em alguma medida, de uma dificuldade do profissional em relação à compreensão da dimensão teórica do exercício profissional, assim, não é difícil compreender a falta de centralidade na produção de conhecimento, uma vez que a centralidade está em valores morais e pessoais. Então, Bonfim (2015, p. 200) aponta para o fato de que é possível observar a:

Persistência tanto de elementos de uma moral cristã – como orientação de valor para as ações profissionais – quanto de uma imagem da profissão relacionada à ajuda, ao cuidado, ao sacrifício, evidenciando, assim, a ausência de consciência das contradições inerentes a essa profissão numa sociedade de classe (e da própria condição de classe do assistente social).

Os fragmentos seguintes das entrevistas nos ajudam a compreender melhor como os valores estão presentes no cotidiano profissional, no ponto de vista dos próprios profissionais,

Eu acredito que esse Deus ele entra como uma forma de **tornar mais aceitável** as questões que a gente vive nesse mundo, mas como uma forma de **amor**, de **apaziguação** [...]. É uma conversa com Deus, e o fato de você estar falando com Deus, de você acreditar nisso faz com que você se sinta melhor. E também, na questão, às vezes, da **ajuda ao próximo**, da **empatia**, eu acho que é uma coisa bacana (ENTREVISTA C, 2017, grifo meu).

Na verdade, assim, como eu frequento a Igreja **eu tenho uma, como diz moral religiosa**, né? É igual você falou, eu tenho essa questão da **honestidade, do amor ao próximo**, mas eu trabalho muito na perspectiva do respeito também, que acho que respeito é muito válido nessa questão religiosa (ENTREVISTA B, 2017, grifo meu).

Eu acho que todos esses fazem parte (**amor ao próximo, solidariedade, caridade, honestidade e outros**). O amor ao outro, se identificar com o outro, se colocar no lugar do outro, solidariedade (ENTREVISTA A, 2017, grifo meu).

Empatia, amor e respeito ao próximo, solidariedade (ENTREVISTA B, 2017, grifo meu).

Se compreendermos o trabalho como elemento fundante do ser social e admitirmos que é no trabalho que se dão os elementos para a alienação e para a alienação com características religiosas, podemos dizer que, de acordo com o fragmento da entrevista abaixo, consciente ou não, a profissional revela que o nosso modo de vida (já que fundado no trabalho) é por si alienante, desde o processo educacional, segundo ela, até quando, sem qualquer qualificação, somos imergidos no mercado de trabalho a fim de buscar a nossa sobrevivência, isso revela que os profissionais de Serviço Social, assim como outros, são atingidos por valores religiosos porque vivemos em uma sociedade que carrega esses valores:

É assim, isso advém também até da questão religiosa, querendo ou não, essa sociedade é feita de valores, **esses valores, a maioria deles são religiosos**, você percebe isso. Eu acho que isso é claro, não é uma questão de coisa que advém do além. Envolve muito a religião, que é muito dominante, é um ponto de vista meu, que ela fecha muito a cabeça das pessoas, as pessoas não conseguem refletir de uma forma crítica. A parte da questão das escolas também é um ensinamento fechado. Hoje se cria pessoas para entrar no mercado de trabalho, não seres pensantes. Porque quando a gente, partindo do núcleo familiar religioso, com aspectos religiosos. Partindo para uma escola que não tem um ensinamento bom, que não ensina as pessoas a refletirem de forma crítica e você cai no mercado de trabalho sem qualificação, porque é isso que acontece depois que a gente sai de um ensino médio, fundamental; você entra em um mercado de trabalho em que você se submete a tudo, dentro da realidade social (ENTREVISTA C, 2017, grifo meu).

Desse modo, é possível compreender que as relações sociais são atravessadas por processos alienantes. Como anteriormente apontamos, a alienação é um fenômeno que ocorre à medida que o trabalhador não pode se reconhecer nos meios que produzem toda a riqueza material, e também espiritual, de uma sociedade. Assim, o homem, nesse processo, acaba se alienando também em relação ao produto que ele mesmo produz, em relação ao outro trabalhador e ao gênero humano, tendo em vista o processo de mercantilização de todos os aspectos da vida social.

De tudo que mostramos até aqui sobre os dados obtidos na pesquisa, tão importante quanto à centralidade dos valores no trabalho profissional, está o claro conflito que podemos denominar entre fé e ciência, por assim dizer, na concepção dos profissionais. Todas as entrevistadas demonstraram que, em alguma medida, vivenciaram algum tipo de conflito durante o processo de formação, tal situação pode ser observada nos seguintes fragmentos que são bastante expressivos:

De repente você acredita em Deus, depois você já não acredita mais, tive uma época assim, que eu não conseguia acreditar. Aí depois eu comecei a acreditar de novo, assim a voltar a questão da espiritualidade, mas foi uma decisão minha. **Eu até parei assim, muito de ficar, focar nessa parte científica com relação a Deus, a negação de Deus, porque isso estava me fazendo mal.** Então assim, você ficou o quê? Mais de vinte anos acreditando em uma coisa, aí **de repente você tem acesso a uma teoria científica que nega totalmente aquilo que você acreditou até aquele momento.** Então a pessoa não vai ficar bem. Então foi uma atitude que eu tive, de parar. Estou aprendendo, beleza, aprendi tudo bem. Não que eu vou prejudicar os outros, ter esse cuidado. Ao mesmo tempo em que eu estava tendo essas questões de conflito dentro de mim, eu estava levando para casa e a minha família também estava sentindo isso, era a questão que eles olhavam da parte religiosa. A parte religiosa era o quê? Era a parte do inimigo que eu estava tendo algum contato negativo, que esse contato negativo era o inimigo trabalhando ali dentro de mim. Então isso causou muito, minha família, questão de amigos não teve muito, minhas amizades eram mais na faculdade mesmo e a gente não debatia sobre essas questões (ENTREVISTA E, 2017, grifo meu).

Foi aí que veio o conflito. E aí **o conflito religioso que é o maior de todos**, eu vi que eu vim de um ensinamento de o casamento é para vida toda, de que o que Deus uniu o homem não separa, de uma realidade que homossexualidade é coisa do capeta, que isso não é coisa de Deus. Daí a gente chega no curso e é onde vai ampliando, e aí, os dois, três anos, **uma luta interna imensa.** No primeiro ano eu tive uma crise porque eu briguei com um professor meu por causa da religião (ENTREVISTA C, 2017, grifo meu).

Tal conflito ainda no processo de formação parece não ter sido completamente superado no trabalho dos Assistentes Sociais. Como dissemos, a presença de tais valores e o possível choque entre eles durante o processo de formação causa uma dificuldade de compreensão teórica culminando em um conflito entre fé e religião que sobrevive mesmo após o processo de formação, como é possível observar na fala de uma das entrevistadas:

[...] ser marxista a ponto de negar Deus. Não, eu não consegui chegar nisso até hoje, não sou, digo que não sou marxista, porque **acho que para ser marxista você tem que ser ateu.** [...] querendo ou não eu tenho uma formação católica, **de Deus eu não vou abrir mão**, e aí?

Ao longo deste capítulo, foi possível demonstrar uma riqueza de informações sobre o tema proposto indicando que há um presente conflito ético no cotidiano de trabalho (esse trabalho compreendido como elemento fundante do ser social e como o espaço dos processos alienantes) dos Assistentes Sociais no que se refere às relações de trabalho que foram estabelecidas, respingando na autoimagem da profissão e na imagem atribuída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os ensinamentos obtidos com o aprofundamento nas obras de Marx, o exercício de investigar a realidade social se constitui em um processo dialético, um movimento constante de aproximações que se dá de forma sucessiva para com o objeto pesquisado. Tal movimento termina possibilitando ao pesquisador uma apreensão que se apresenta lógica e constitutiva do objeto que está sendo analisado, assim como daquilo que liga as dimensões da singularidade, particularidade e universalidade, que são compreendidas como próprias da dinâmica social.

Ao longo desse processo de pesquisa, percebi e posso afirmar que, na minha compreensão, o resultado mais importante foi o amadurecimento teórico e a minha própria aproximação com a teoria marxista. Como disse, desde 2009 venho pesquisando a temática apresentada, assim, acredito que, como não poderia deixar de ser, concluo esse processo de forma mais madura, em posse de uma densidade teórica e de uma clareza maior e muito mais importante sobre tal tema que, a mim, faz tanto sentido. Não quero dizer que cheguei a uma espécie de fim ou que tudo agora parece resolvido, ao contrário, pesquisar significa compreender que a busca nunca termina.

O meu próprio aprofundamento com a teoria marxista ao longo do período desta pesquisa possibilitou a compreensão de que os conflitos e os valores que apresentamos nesta análise – e que já havia sido visto nos anos anteriores de pesquisa – são inerentes ao processo de formação e desenvolvimento dos homens, ou seja, é parte constitutiva. É claro que não deixamos de considerar que tais elementos são contraditórios e formam uma esfera desigual, já que estamos localizados em uma sociedade de classes, logo, está presente a contradição entre capital e trabalho.

Assim, o primeiro capítulo desta dissertação é, no meu ponto de vista, a maior expressão do esforço e aprofundamento teórico citado. Nesse capítulo, tratamos dos elementos que compõem o que chamamos de mundo do trabalho, com base nas obras da tradição marxista, relacionados com o Serviço Social. Explanamos sobre a categoria trabalho enquanto protogênese do ser social, demonstrando que é pelo trabalho que o homem chega ao estágio de desenvolvimento social e que a vida em sociedade é possível. Falamos da imbricação entre trabalho, “questão social” e serviço social, ainda, tratamos especificamente do trabalho alienado principalmente na obra dos manuscritos de 1844 de Marx; tais assuntos foram

fundamentais para a devida fundamentação teórica e compreensão para a análise dos dados que seriam obtidos posteriormente com a pesquisa empírica.

O segundo capítulo tratou dos fundamentos do Serviço Social no Brasil, como não poderia deixar de ser, uma vez que nos dispusemos a analisar um fenômeno à luz do exercício profissional do Serviço Social. Demonstramos, ainda, como a Igreja Católica é parte constitutiva do Serviço Social brasileiro em seu processo de formação e disseminava suas ideias e valores através de sua doutrina por meio das encíclicas papais; a Igreja teve grande responsabilidade na criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Do mesmo modo, foi possível averiguar, de forma sucinta, o panorama histórico e social que estabeleceu as bases para o surgimento desta profissão, bem como o caminho percorrido ao longo dos anos, passando pelo processo de renovação e pela busca de uma profissão laica e crítica.

Os dados obtidos na pesquisa empírica e selecionados para a explanação do terceiro capítulo, o capítulo de análise, demonstraram que os profissionais apresentam certa carência em seu cotidiano profissional e, não raro, se socorrem de sua fé.

Vimos que os valores religiosos são parte constitutiva dos profissionais e do processo de escolha desta profissão, uma vez que tais aspectos imprimem uma imagem e conexão religiosa à profissão.

Os profissionais têm reincidido em práticas conservadoras. No entanto, o mais importante é compreender que a evolução carrega traços de continuidade e ruptura, mas o que marca o processo evolutivo é justamente o elemento de ruptura. A anatomia do homem explica a anatomia do macaco, disse incontáveis vezes meu orientador, o contrário não é verdadeiro.

Assim, desafios estão postos à nossa categoria profissional. Como superar uma consciência alienada de modo a assumir um compromisso com valores emancipatórios (já que é possível afirmar que a presença alienante, conforme demonstramos nos dados, tenciona o projeto ético-político profissional)? É preciso compreender que tal superação é um desafio justamente porque estamos inseridos em uma sociedade cuja dinâmica é determinada por uma lógica burguesa, tornando, assim, tal dinâmica alienante. Com isso, o resultado que temos é uma insistente reprodução de valores que contribuem cotidianamente para manutenção desses aspectos alienantes.

Identificamos, com a pesquisa, que existe uma identidade entre o trabalho e os valores religiosos que carregam os profissionais de Serviço Social. Há, de certo modo, um filtro no que se refere aos conhecimentos advindos do processo de formação profissional e do processo de formação pessoal. Assim, os profissionais têm convivido com as duas coisas, donde

concluimos que não há ruptura. Na verdade, alguns profissionais, especialmente os que foram sujeitos desta pesquisa, não desejam abrir mão de seus valores religiosos, mas desejam que estejam em plena harmonia com os fundamentos críticos do trabalho profissional.

Finalmente, concluimos que os vínculos que existem entre a religião e o Serviço Social foram estabelecidos desde as origens desta profissão no Brasil, e tais vínculos acompanham seu processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez, Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **70 anos de serviço social no Brasil: tempo de reconhecimento do trabalho profissional**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2013.

BATISTA, Alfredo A. **Trabalho, questão social e serviço social**. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2014.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e serviço social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBSISS. **Teorização do Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CFESS. CFESS Manifesta. Edição especial: em defesa do estado laico. Brasília, 2016.

Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2015CfessManifesta-EstadoLaico-Site.pdf>. acesso em: ago. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Dispõe sobre a vedação de utilização de símbolos, imagens e escritos religiosos nas dependências do Conselho Federal; dos Conselhos Regionais e das Seccionais de Serviço Social. **Resolução nº 627, de 9 de abril de 2012**. Brasília (DF). p. 2. 2012.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. – São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1878 – 1903: Leão XIII). Carta Encíclica Rerum Novarum: sobre a condição dos operários. 1891. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/piusxi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragésimo-anno.html. Acesso em: 28 jan. 2017.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1922 – 1939: Pio XI) Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, em conformidade com a lei evangélica. 1931. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadragésimo-anno.html. Acesso em: 28 jan. 2017.

KOBAYASI, Susana. **Religião e Serviço Social**: As manifestações religiosas dos estudantes no cotidiano da sala de aula. Londrina. 2012.

LESSA, SÉRGIO. **Serviço Social e trabalho porque o Serviço Social não é trabalho**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: [www. Sergiolessa.com](http://www.Sergiolessa.com). Acesso em: ago. 2015.

LUKÁCS, George. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Ontologia do ser social**: o trabalho. Tradução do Prof. Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas), do texto Il Lavoro, primeiro capítulo do segundo tomo de Per una Ontologia dell'Essere Sociale. Versão revista por Pablo Polese de Queiroz, Mestrando em Sociologia pela UNICAMP-SP, a partir da edição em espanhol “El Trabajo” e cotejada com o original em alemão DIE ARBEIT - Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. (Original) Status, 1971 - Kapitel 1 - Luchterhand, 1986.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. In: FROMM, Erich. Conceito Marxista do Homem. 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. **Sobre a Questão Judaica**. Apresentação e posfácio Daniel Bensaid; tradução Nélio Schneider, Daniel Bensaid, Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. O capital

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MORI, Tiemi. SILVA, Claudia Neves. A religiosidade dos estudantes de uma universidade pública: considerações a partir do curso de Serviço Social. **PLURA**, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 7, nº 1, 2016, p. 439-457. Comunicação.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. – 3. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no pós-64**. – 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PINHEIRO, Lucí Faria. **Serviço social, religião e movimentos sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ Gramma, 2010.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan. /jun. 2015.

PONTES, Reinaldo Nobre. A categoria mediação no Serviço Social. In: AMARO, S. **Dicionário crítico de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015. p. 117-143.

_____. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e a sua apropriação pelo serviço social**. – 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016.

QUINTÃO, Graziela Ferreira. **A questão religiosa no trabalho do assistente social: fragmentos de uma investigação na atualidade**. 2012. Dissertação de mestrado (mestrado em política social) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2001.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: Veredas**. Editora Nova Aguilar, 1994.

SANTANA, Juliana Aguiar. **Assistentes sociais e religião: um estudo sobre os impactos da religiosidade no exercício profissional do assistente social na contemporaneidade**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2010.

SILVA, Cláudia Neves. A presença de postulados tomistas na gênese do serviço social. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 24, p. 87-100, set. 2003.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da. **Aproximação do serviço social à tradição marxista: caminhos e descaminhos**. 1991. 767 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

SILVA, Claudia Neves. DUTRA, Patrícia Vicente. LANZA, Fábio. A relação entre manifestações religiosas e o exercício profissional dos assistentes sociais: um estudo das contradições e possibilidades no norte do Paraná. **Revista Sociedade em Debate**. Programa de Pós-graduação em Política Social/ UCPel. v. 22. n. 2. Dezembro de 2016. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1420/944>. Acesso em: dez. 2016.

SIMÕES NETO, José Pedro. **Assistentes sociais e religião: um estudo Brasil/Inglaterra**. – São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Regiane Renata. **A Presença da Religião e de Valores e Princípios Religiosos no Exercício Profissional do Assistente Social**. 2016. 74 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na

CONEP em
04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título do Projeto: Aspectos da alienação religiosa no trabalho de profissionais Assistentes Sociais
Telefone: 45 9947-9716

E-mail: patriciavicentedutra@hotmail.com

Orientador: Alfredo Aparecido Batista

E-mail: alfredobatista@unioeste.br

Convido você a participar de minha pesquisa que tem o objetivo de pesquisar as questões relacionadas aos aspectos da alienação religiosa no trabalho de profissionais Assistentes Sociais. Espero, com esse estudo, contribuir com o arcabouço de estudos que são relativos ao desenvolvimento sócio histórico do Serviço Social no Brasil, contribuir para a reflexão da história do Serviço Social no Brasil, bem como de sua prática, com vistas a uma ação profissional fundamentada, madura e de qualidade social, nos modelos propostos na trajetória histórica desta categoria profissional em relação a seu compromisso ético e político. Para tanto, o roteiro de entrevistas está composto por questões sobre o seu perfil profissional (tempo de formação, instituição de formação), sobre a sua atividade religiosa (se houver), sobre os motivos pelos quais você escolheu a carreira de Assistente Social e sobre a sua compreensão sobre o trabalho do Assistente Social. Durante a execução do projeto você poderá deixar de responder qualquer das perguntas do roteiro de pesquisa, poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, bem como será orientado a qualquer momento, se assim solicitar. No caso de ocorrer qualquer tipo de situação adversa, a pesquisadora suspenderá a atividade e acionará o SIATE, caso seja requerido ou necessário. Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas para fins científicos. Você também não pagará nem receberá para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética da Universidade pelo número 3220-3272. Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue a você.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto de pesquisa.

Nome do sujeito da pesquisa

Eu, Patrícia Vicente Dutra, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

_____, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

Identificação do Profissional

1. Nome completo:
2. Sexo:
3. Data de nascimento:
4. Universidade em que se formou:
5. Ano de formação:
6. Política social de atuação:
7. Instituição em que trabalha:
8. Tempo de atuação profissional:
9. Tempo de atuação na instituição:
10. Participa de qual (is) entidades profissionais?
11. Participa como membro de conselho de direito? Qual?
12. Participa de algum partido político? Qual?
13. Participa de algum movimento social (Sindicato ou outros)

Aspectos sobre atividade religiosa do profissional

1. Você tem ou teve alguma denominação religiosa? (Católico, evangélico, espírita, umbandista, etc.)
2. Você frequenta ou já frequentou alguma Igreja ou templo religioso?
3. Qual a frequência com que você frequenta ou frequentava?
4. Desde quando você frequenta?
5. Você participa ou participou de alguma atividade na sua igreja? Qual?
6. Você participa ou participou de alguma atividade / grupo assistencial na sua igreja? Qual?

7. Quais princípios religiosos você acredita que fazem parte da sua existência? (Amor ao próximo, solidariedade, caridade, honestidade e outros)
8. Você participa de grupos que praticam ações filantrópicas? (Rotary, São Vicente de Paula e outros)
9. Na sua intervenção, você tem atividades relacionadas ao campo da filantropia? (Campanha do agasalho e outros).

Aspectos sobre a escolha do curso de Serviço Social

10. Por que você escolheu o curso de Serviço Social?
11. Você conhecia algum assistente social antes de escolher o curso?
12. Você conhecia o trabalho de algum assistente social antes de escolher o curso?
13. Quais vivências da sua vida pessoal influenciaram de alguma forma a escolha do curso de Serviço Social? Há também elementos de conotação religiosa?
14. Durante o processo formativo, como você conviveu com as disciplinas que, em seus fundamentos, negam a presença mística nas relações, mas enfatizam as relações criadas por meio ontológico? Em se tratando que o serviço social tem vínculo direto com a materialidade via políticas sociais.

Aspectos sobre a compreensão do trabalho do assistente social

1. Como você compreende as expressões da “questão social” (criança e adolescente, etc....), com as quais você trabalha?
2. Quais são os instrumentos que você utiliza no seu trabalho?
3. Você acha que as expressões da “questão social” que chegam até você têm alguma relação com a religião e/ou com o divino? De que forma?
4. No seu ponto de vista, quais são os motivos que originam as expressões da “questão social” com as quais você trabalha?
5. Você acha que a religião e/ou o divino influenciam as expressões da “questão social”? De que forma?
6. A religião ou crença em algo divino *contribui em suas atividades em seu espaço sócio-ocupacional?* Como?

7. Você busca a religião ou crença em algo divino para dar respostas às expressões da “questão social” com as quais você trabalha? Como? Porquê?
8. Na hora das dificuldades diárias, você já solicitou forças outras para resolver seus encaminhamentos?